AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 01 | JANEIRO 2012 | R$ 15,00

FGV
GVagro
Centro de Agronegócio

ISSN 0100-4298

CRISE EUROPEIA
QUEM VAI PAGAR A CONTA?



ENTREVISTA JOSÉ GRAZIANO FALA SOBRE SEUS PLANOS À FRENTE DA FAO

SOJA BONS LUCROS PARA A SAFRA ATUAL

COP-17 PRINCIPAIS RESULTADOS

O agronegócio é o seguinte

Grande evento para 2012: Rio+20

O FECHAMENTO de 2011 deixa uma série de dúvidas e incertezas para o ano que se inicia. As economias desenvolvidas seguem exibindo fragilidades consideráveis, que elevam a perspectiva de risco global e os temores de uma nova recessão neste ano. Internamente, o cenário de 2012 aponta para uma continuidade da flexibilização da política monetária e de ações pontuais do lado da política fiscal com foco na tentativa de retomar o crescimento econômico. A inversão do quadro de desaceleração econômica só será conhecida, de fato, daqui a alguns meses, quando os indicadores de atividade serão efetivamente divulgados.

Externamente, no fim de dezembro do ano passado, o Banco Central Europeu (BCE) liberou 489 bilhões de euros para os bancos europeus, com prazo de reembolso de três anos e juro subsidiado de 1% ao ano. A estratégia objetiva estimular os bancos a adquirirem papéis de países em crise e a concederem mais crédito para os consumidores. Na verdade, o problema da União Europeia fica cada vez mais um problema mundial. Isso não é nem um pouco trivial. A demora na sua solução piora muito a situação, porque envolve custos e soberania. A realidade mostra claramente que não é possível fazer uma união monetária sem um forte pacto fiscal. Não haverá o final do euro, mas, sim, uma nova União Europeia, diferente da de hoje, e que levará um bom tempo para voltar a crescer.

A boa notícia veio na constatação de uma redução na taxa de desmatamento projetada para o período de agosto de 2010 a julho de 2011, da ordem de 11% em relação ao mesmo período entre 2009 e 2010. Isso significa uma reversão abrupta no quadro assistido até meados do primeiro semestre, que era de crescimento. Trata-se da menor taxa estimada pelo Inpe desde 1988, quando o instituto iniciou a série de levantamentos anuais do desmatamento. Não obstante, a área desmatada ainda é considerada grande, pois supera a do território do Distrito Federal.

Talvez esta revista tenha sido a primeira a afirmar com segurança que a Selic iria ser reduzida sensivelmente em 2011. Não erramos. Este processo deve continuar por mais alguns meses. O governo está disposto a não deixar a economia perder mais folego do que já perdeu. Medidas auxiliares serão tomadas se forem necessárias, como alívio dos compulsórios e extensão dos prazos dos financiamentos ao consumo.

Os produtores rurais terão preços bastante razoáveis ao longo de 2012. As dificuldades da Europa (que não são pequenas) já estão precificadas. Este quadro muda somente se houver um acontecimento do tipo cisne negro. Da mesma maneira, já está razoavelmente clara a direção do câmbio, variando ao redor de R$ 1,80 por dólar. Portanto, as apostas podem ser feitas, e as decisões tomadas.

Também em nosso acompanhamento da crise europeia, estivemos sempre na linha dos fatos. Afirmamos que a saída não seria fácil, mas que não haveria o desmanche do euro. A guerra ainda não acabou; continua a disputa por ver quem paga o pedaço maior da conta. Nossa matéria deste mês ajuda bastante a elucidar esta questão e a mostrar que ainda teremos novidades, pois o tamanho do ajuste fiscal até agora pedido é inviável, para alguns países.

A COP-17, realizada em Durban, na África do Sul, em dezembro último, no International Convention Centre (ICC), tida como a mais longa da história, trouxe decisões interessantes para a questão das mudanças climáticas em nível mundial. O conjunto de acordos firmados, que recebeu o nome de Plataforma de Durban, possui três partes: 1) Segunda fase do Protocolo; 2) Fundo Verde e 3) *Road Map*. Na verdade, quando se consideram os prós e os contras a respeito do resultado prático auferido na COP-17, prevalecem pontos de vista antagônicos. Essa, aliás, parece ter sido a impressão colhida dos últimos encontros.

O Brasil defende que se aguarde o relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), em 2014, que mostrará como as ações para conter o aquecimento global estão funcionando, e se há necessidade de medidas complementares.

Com todas essas pendências ambientais e a expressão brasileira no agronegócio, os holofotes voltam-se para a Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável. Líderes dos 193 Estados integrantes do quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), além de representantes de vários setores da entidade, estão com as suas agendas tomadas para participarem deste grandioso evento. O tema irá abranger também a chamada economia verde no contexto da erradicação da pobreza.

Para encerrar, o caderno especial da Organização das Cooperativas Brasileiras. Um bilhão de cooperativistas de 100 países vão comemorar 2012, o Ano Internacional das Cooperativas, uma iniciativa da ONU para ressaltar o papel que o segmento tem na geração de trabalho e renda e, consequentemente, na redução da pobreza.

Aos leitores de ***Agroanalysis***, uma boa leitura e feliz entrada para 2012.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Arte: Daniel Gustavo Rocha Silva
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 José Graziano da Silva

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Crise europeia
15 Soja
16 Açúcar na Europa
17 Brasil e Argentina
18 Brasil na OCDE

Sustentabilidade

20 Evento Rio+20
21 Meio ambiente
22 COP-17

Política Agrícola

24 Reforma da Política Agrícola Comum Europeia

Especial OCB

27 União para crescer

Especial ABIOVE

37 Como o agronegócio está se preparando para a Rio+20?

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



13 Crise europeia

Política Agrícola



24 Reforma da Política Agrícola Comum Europeia

Especial OCB



27 União para crescer

José Graziano da Silva
Novo diretor-geral da FAO

Erradicação da fome, o eixo central

Por Paulo Roque

AO ASSUMIR, este mês, a direção da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) Graziano fala de seus planos, principalmente no que diz respeito ao combate à fome no mundo.

AGROANALYSIS **O senhor fala que erradicar a fome é meta razoável e alcançável. Quando acha que essa meta vai ocorrer?**

JOSÉ GRAZIANO O mundo produz alimentos suficientes para satisfazer as necessidades básicas de todos seus sete bilhões de habitantes. Há 60 anos, Josué de Castro já dizia que a fome era um fenômeno político. Entender isso é fundamental para poder combater um problema que envolve tantas áreas distintas – produção, acesso, nutrição, econômica etc.

Foi isso que o ex-presidente Lula fez em 2003 ao dizer que queria que cada brasileiro fizesse três refeições por dia. O Fome Zero colocou a luta contra a fome no centro da agenda do governo e mostrou que é possível crescer com inclusão e reduzir a fome e a miséria em um período curto. Esse é o compromisso, também assumido por outros países, que queremos que ganhe força.

Eu me elegi com um programa composto de cinco pilares que vão orientar meu mandato: erradicar a fome; avançar rumo à produção e ao consumo sustentável de alimentos; criar um sistema de governança da segurança alimentar mundial mais justo e efetivo; concluir a reforma da FAO; e ampliar as parcerias e a Cooperação Sul-Sul. O eixo central é a erradicação da fome.

AGROANALYSIS **Pode-se colocar uma data para a erradicação da fome?**

JOSÉ GRAZIANO É difícil, porque isso depende de um compromisso dos governos e da implementação de um conjunto de políticas e ações. Até agora, a nossa foi a única região a assumir um compromisso claro através da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025. Uma data, bem como colocar a meta na erradicação em vez da redução da fome, ajuda a dar um sentido de urgência maior para esse desafio. Mas mesmo sem uma data, o importante é começar a atuar agora, com ações de curto e longo prazo.

O meu mandato na FAO será curto, termina em 2015, junto com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Embora muitos países estejam perdendo a luta contra a fome, acredito que até lá possamos reverter a alta recente no número de pessoas subnutridas no mundo e pegar um embalo para avançar em direção à erradicação desse mal. Digo isso, porque as seguidas crises colocaram a luta contra a fome de volta ao centro da agenda internacional. E essa luta é um elemento que pode aglutinar governos, iniciativa privada e sociedade civil e dar coerência aos esforços para combater as diversas crises que enfrentamos hoje: climática, energética e econômico-financeira.



> “...erradicar a fome e avançar rumo à produção e ao consumo sustentável de alimentos”

Da FAO, quero atacar a fome em dois níveis: um esforço concentrado em países com maior insegurança alimentar e que estejam decididos a dar a essa questão a prioridade necessária, complementado a

nível global pela implementação de um sistema de governança mais eficiente.

AGROANALYSIS Qual o papel que o Brasil poderá ter nesse processo? Como vê a Embrapa nisso?

JOSÉ GRAZIANO Países em desenvolvimento, principalmente na África, têm grandes expectativas para cooperação com a Embrapa. Ao longo dos últimos anos, a Embrapa conseguiu importantes avanços na tropicalização da agricultura. Pelas características geográficas e climáticas do continente africano, tecnologias brasileiras podem ter resultados muito positivos na África. A Embrapa já está trabalhando nesse sentido.

O grande desafio aqui ainda está nas mãos do Brasil. O País está fazendo a transição de receptor para doador internacional e, para completar esse salto, precisa reforçar sua institucionalidade. Hoje, a estrutura da cooperação brasileira ainda está orientada a receber e não entregar ajuda. Outros países em desenvolvimento também têm valiosas experiências a compartilhar. Cerca de 90% da produção de cereais na Argentina, por exemplo, são feitos utilizando a técnica do plantio direto, que ajuda a preservar o solo e a água e pode ser adaptada aos países africanos.

Por isso, a Cooperação Sul-Sul foi um dos pilares centrais da minha campanha. Acho que a FAO pode ser um catalisador dessa nova forma de cooperação. Uma coisa importante a ter sempre em mente é que, ao contrário da cooperação tradicional, a Cooperação Sul-Sul é muito mais horizontal. O benefício é recíproco, como doadores e receptores aprendendo uns dos outros; ela busca soluções a problemas identificados em conjunto com os governos e as comunidades, e não impõe soluções de fora.

AGROANALYSIS O senhor acredita no cooperativismo como instrumento efetivo para organizar a produção rural e melhorar a renda no campo?

JOSÉ GRAZIANO Sem dúvida. E para 2012 quero reaproximar a FAO das cooperativas também no plano internacional.

> “Para 2012, quero reaproximar a FAO das cooperativas também no plano internacional”

Já conversei sobre isso com representantes do setor privado que participam do Comitê de Segurança Alimentar Mundial.

AGROANALYSIS O senhor acha possível replicar o Bolsa Família em outros países, inclusive nos mais pobres e com menos recursos?

JOSÉ GRAZIANO Cada país tem suas próprias características, e não podemos simplesmente exportar um modelo pronto – seja do Brasil ou de qualquer outro país. No entanto, não cabe dúvida que diversas políticas do Brasil e de outros países em desenvolvimento podem inspirar ou ser adaptadas para terceiros países. Em diversos países da América Latina e do Caribe, a FAO já está trabalhando em conjunto com o governo brasileiro na implementação de programas que vinculam a produção da agricultura familiar à alimentação escolar.

Atualmente, 18 países da América Latina e do Caribe têm programas de transferência de renda que beneficiam cerca de 113 milhões de pessoas. Esses países chegaram a conclusões parecidas com as nossas: transferência de renda responde a situações de maior carência de uma maneira que estimula os mercados locais, gerando um benefício adicional. E isso é feito a um custo relativamente baixo. No Brasil, o Bolsa Família custa apenas 0,4% do PIB e beneficia 13 milhões de famílias.

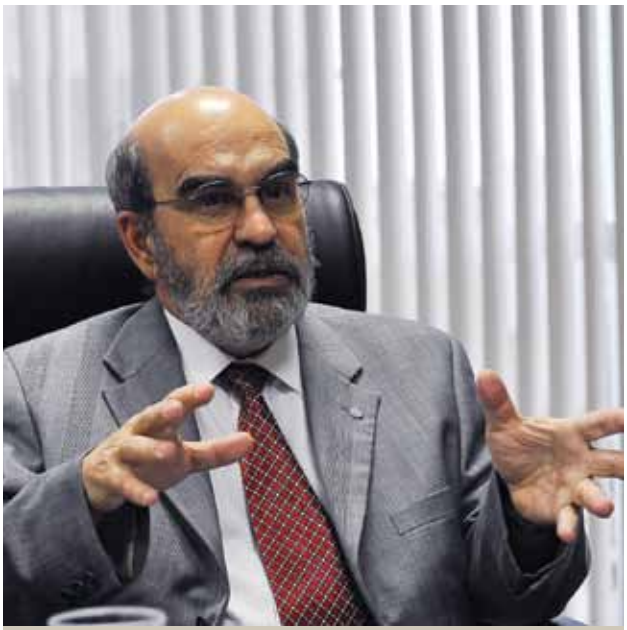
AGROANALYSIS O senhor acredita que falta melhorar a comunicação da agricultura para que as sociedades urbanas apoiem políticas agrícolas desenvolvimentistas? Como a FAO pode intervir nisso?

JOSÉ GRAZIANO Ao longo das últimas décadas, a agricultura vem perdendo espaço como atividade dentro do mundo rural. Isso acontece à medida que funções da unidade agrícola vão passando a outros âmbitos. Por exemplo, o uso de fertilizantes químicos e a tração mecânica criaram indústrias que apoiam a atividade agrícola, mas são diferentes dela. Ao mesmo tempo, o mundo rural como território social também vem, literalmente, perdendo terreno para o mundo urbano, levando a uma verdadeira “urbanização do rural”.

Essas são tendências que vêm de décadas que não serão revertidas. Por outro lado, existe uma crescente preocupação das sociedades urbanas sobre os alimentos: de onde eles vêm, como foram produzidos, o que eles contêm, quanto custa sua produção em termos econômicos, sociais e ambientais. Elas assinalam uma convergência do mundo urbano e do rural em torno da alimentação, que é o tema maior da FAO. Esses são elementos que impõem novos desafios os quais a agricultura precisará responder e que devem ser considerados na hora de decidir uma política agrícola.

Um eixo central dessas novas preocupações é a sustentabilidade. Uma forma de responder é fortalecendo os circuitos locais de produção e consumo. Isso tem várias vantagens: aproxima o consumidor do produtor, oferece uma saudável diversificação da dieta com alimentos frescos e tradicionais e diminui muito os custos relacionados ao transporte.

O chamado agronegócio também deve responder a essa preocupação. A Revolução Verde foi responsável por um grande salto de produtividade agrícola a partir dos anos 60. No entanto, o modelo adotado tem um impacto significativo no meio ambiente. Precisamos investir numa re-



> “O desafio que temos é construir juntos o mundo sem fome que acreditamos ser possível”

volução duplamente verde, que aumente a produtividade agropecuária de maneira sustentável. A FAO tem chamado esse novo paradigma de *save to grow* – preservar para crescer. E isso é perfeitamente viável.

Também precisamos olhar para o futuro: até 2050, a população do mundo deve subir dos atuais sete para nove bilhões de pessoas. A FAO estima que, mantidos os atuais padrões de consumo dos países desenvolvidos ocidentais, vamos ter de aumentar a produção de alimentos em 70% – porque além de aumentar a quantidade de pessoas elas também vão comer melhor.

É interessante notar que, ainda que aumentemos a produção, a FAO estima que, ainda, teríamos 370 milhões de pessoas subnutridas, porque elas continuariam sem acesso adequado aos alimentos. Melhorar o acesso é fundamental, e isso passa pelo investimento na agricultura familiar, fortalecimento de redes de proteção social e por melhores empregos e renda. Precisamos, também, buscar mudanças nos padrões de consumo da população mundial. Se todo mundo adotar essa dieta “ocidental”, vamos colocar uma pressão muito grande sobre os recursos naturais.

AGROANALYSIS O senhor acredita que agroenergia também é um projeto replicável para garantir a oferta sustentável de energia renovável, como a cogeração de eletricidade em usinas de cana? Há conflito na produção de alimentos e bicombustíveis?

José Graziano Os impactos, positivos e negativos, da produção e do uso de bicombustíveis variam de acordo com as condições geográficas de cada país, o tipo de matéria-prima utilizada. Cada país deve avaliar a possibilidade de produção de bicombustíveis a partir de suas condições específicas e considerando o impacto que isso pode ter sobre outros países.

No caso brasileiro, a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar não afeta a segurança alimentar. O Brasil tem mostrado que é possível aumentar a produção de biocombustíveis e de alimentos ao mesmo tempo, e que isso pode gerar também um benefício para o pequeno produtor, como no caso da produção de biodiesel.

No entanto, esse modelo não é replicável em todos os países. Um estudo conjunto da FAO e da Cepal indica que, na América do Sul, apenas Argentina, Brasil, Colômbia e Paraguai teriam as condições de ampliar significativamente a produção de bicombustíveis, principalmente, através da recuperação de terras degradadas.

Se utilizarmos matérias-primas como milho, oleaginosas e outras que também são alimentos ou insumos na cadeia produtiva, a coisa muda de figura. Nesse caso, pode existir um impacto na segurança alimentar ainda que haja um crescimento na oferta agregada dessas *commodities*. Aqui, há uma questão adicional, a produção de biocombustíveis nos Estados Unidos e na Europa só é economicamente viável com subsídios à produção. Por isso, defendemos que esses países revisem suas políticas de subsídios para a produção de biocombustíveis.

AGROANALYSIS Sua eleição à Diretoria-Geral da FAO foi uma grande e honrosa conquista para o Brasil. A que atribui a sua vitória histórica?

José Graziano Eu acho que minha vitória foi uma vitória da esperança. Muitos países olham para o Brasil e se sentem inspirados pelo caminho que trilhamos e que tem conseguido reduzir a fome e a miséria rapidamente em um período curto. Para citar apenas um numero, a desnutrição infantil recuou 61% entre 2003 e 2010. No plano simbólico, esse foi o grande atrativo da minha campanha. Igualmente importante foi a coesão dos países da América Latina e do Caribe. Praticamente toda região apoiou minha candidatura, inclusive com declarações formais de blocos de países como a União de Nações Sul-americanas (Unasul), o Mercosul e a Comunidade de Países do Caribe (Caricom). Soma-se aí o apoio decidido também dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Mas como eu falei logo apos a eleição, em 2012 eu serei um diretor-geral de todos os países. E o desafio que temos é construir juntos o mundo sem fome que acreditamos ser possível. ■

Texto elaborado a partir da entrevista original publicada na edição de número 17, de novembro de 2011, da série *Cadernos FGV Projetos*, intitulado *Agribusiness in Brazil*.

Macroeconomia

O cenário para 2012

Rogério Mori*

O FECHAMENTO de 2011 deixa uma série de dúvidas e incertezas para o ano que se inicia. As economias desenvolvidas seguem exibindo fragilidades consideráveis, que elevam a perspectiva de risco global e os temores de uma nova recessão neste ano.

Sob essa perspectiva, a economia norte-americana segue relativamente debilitada. A atividade econômica segue se recuperando ainda, em grande parte, em função dos impulsos fiscais proporcionados pelo governo dos EUA. O consumo do setor privado ainda segue retraído e incapaz de proporcionar uma dinâmica de crescimento sustentável para a economia americana ao longo de 2012. Adicionalmente, a perspectiva fiscal norte-americana não é das mais favoráveis: a ampliação dos gastos públicos tem levado a um incremento da dívida pública dos EUA, e as agências de risco têm alertado para esse fenômeno, indicando maior risco para a dívida pública americana. Vale lembrar também que, nos Estados Unidos, as instituições financeiras continuam fragilizadas e as famílias com elevado grau de endividamento. Esse fenômeno torna difícil uma recuperação em bases sustentáveis neste ano.

Ao mesmo tempo, a Europa tem concentrado uma sequência de problemas que se agravam a cada momento, sem uma perspectiva de solução no médio prazo. O excesso de endividamento de alguns países do euro, como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, elevou consideravelmente a percepção de risco da dívida pública desses países. Isso torna cada vez mais difícil tanto o processo de rolagem da dívida desses países quanto a colocação de nova dívida por parte dos governos. Com isso, os riscos de moratória da



SXC.HU

dívida pública e de ruptura do euro aumentaram significativamente nos últimos meses, tornando a continuidade da recuperação da atividade econômica global cada vez mais incerta. Adicione-se a isso o fato de que existem consideráveis dificuldades de coordenação dos governos para solucionar esses problemas e questões. Com isso, as incertezas aumentam, o crédito se retrai, e as perspectivas de uma nova recessão global se tornam cada vez mais concretas.

Os efeitos da crise global começam a se tornar cada vez mais evidentes sobre a economia brasileira. Sinais concretos de desaceleração do ritmo da atividade econômica doméstica se mostram cada vez mais evidentes. O Banco Central tem flexibilizado a política monetária ao longo do segundo semestre de 2011, mas os efeitos desse processo demoram a se refletir concretamente sobre o lado real da economia, e tudo indica que fechamos 2011 com um crescimento econômico inferior ao que se projetava inicialmente.

O cenário de 2012 aponta para uma continuidade da flexibilização da política monetária e de ações pontuais do lado da política fiscal com foco na tentativa de retomar o crescimento econômico. A inversão do quadro de desaceleração econômica só será conhecida, de fato, daqui a alguns meses, quando os indicadores de atividade serão efetivamente divulgados.

A grande dúvida para 2012 permanece na taxa de câmbio. Apesar da pequena depreciação do real frente ao dólar, a moeda brasileira permanece fortemente apreciada em termos reais em relação às demais moedas. Esse é um tema que o governo brasileiro deverá continuar lidando neste ano. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

FGV PROJETOS

Experiência brasileira no agronegócio

A FGV apresentou um panorama da agricultura brasileira aos membros do comitê de agricultura da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos países do G-20. Além de discutirem sobre a produção de alimentos e biocombustíveis, inovação, competitividade e perspectivas macroeconômicas do Brasil, os participantes do encontro, realizado em outubro de 2011, também conheceram o Tropical Belt, projeto liderado pela FGV Projetos em parceria com o GV Agro/EESP. O estudo já analisou a capacidade de produção de energia em 13 países da América Central e da África e contabilizou produções expressivas de etanol e açúcar em áreas degradadas ou abandonadas nestes países. Esses projetos estão contemplados no Planejamento Estratégico do Governo Federal e poderão ajudar no desenvolvimento de mais de 100 países da região do chamado Cinturão Tropical (entre os trópicos de Câncer e Capricórnio), região que engloba América Latina, Caribe e África.



Desafios da energia renovável

Realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ainda sobre o tema do desenvolvimento dos países a partir da produção de energia renovável, o diretor de controle da FGV Projetos, Antônio Carlos Kfouri Aidar, representou a Unidade da FGV no seminário África Ocidental e Brasil frente aos desafios das energias renováveis, nos dias 5 e 6 de dezembro passado, em Cabo Verde. O Fórum focou no contexto da cooperação, particularmente entre África e Brasil.
Os principais objetivos do evento foram apresentar as perspectivas de cooperação para o desenvolvimento entre África Ocidental e os novos parceiros; incidir sobre os vínculos e nos desafios relacionados aos objetivos nas áreas de bioenergias renováveis e de segurança alimentar, além de definir as próximas etapas para a implantação de uma política regional de energias renováveis na África Ocidental.

OECD
BETTER POLICIES FOR BETTER LIVES

BUROCRACIA X FLORESTAS BRASILEIRAS

A burocaracia impede o crescimento das florestas brasileiras. A afirmação é do diretor científico da Sociedade de Investigações Florestais (SIF), Sebastião Valverde, citada durante o I Painel de Visão Sustentável sobre as Plantações Florestais no Brasil, no último mês de dezembro, em São Paulo. "Embora nossa silvicultura desponte como a mais sustentável e competitiva, ela ainda é obrigada a enfrentar barreiras que impedem e comprometem a sua sobrevivência e a contribuição para uma economia verde crescente", disse Valverde.
Para o pesquisador, há hoje no Brasil alguns entraves que atrapalham um desenvolvimento maior das florestas. "Temos uma burocracia muito grande, com uma variedade de instrumentos de comandos e controles, restrições excessivas com as certificações e uma exigência desnecessária de licenciamentos em áreas degradadas."

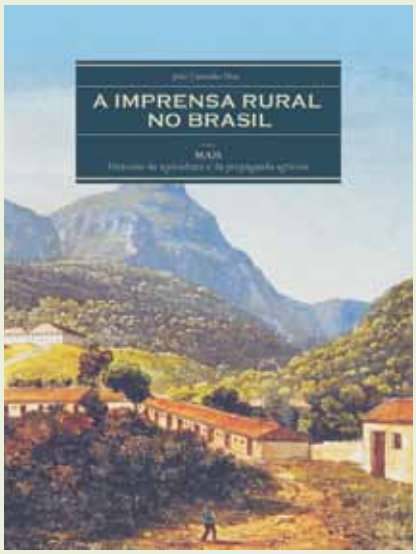
NORMAS PARA PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou no *Diário Oficial da União*, no dia 9 de dezembro, a Instrução Normativa nº 56, que regulamenta a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas das espécies florestais nativas e exóticas. Segundo o Mapa, a legislação específica atende à demanda do setor, que enfrentava dificuldades na produção e comercialização do material de propagação vegetal das espécies florestais, grupo de plantas utilizado na silvicultura, no reflorestamento ou na recomposição de áreas de interesse ambiental.
As exigências entram em vigor em janeiro, mas o prazo para os produtores declararem sua produção vai até o fim de abril de 2012.

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A Global Reporting Initiative (GRI) lançou a edição em português do documento que vai auxiliar empresas do setor de alimentos a prepararem seus relatórios de sustentabilidade. O material orienta as companhias a utilizarem indicadores e a metodologia da GRI, de acordo com padrões aceitos e referenciados mundialmente. O documento, que teve a Bunge Brasil como única empresa brasileira a participar de sua elaboração, traz os principais desafios e questões de sustentabilidade que a indústria de alimentos enfrenta.
Os Indicadores de Sustentabilidade para o setor de alimentos podem ser acessados em www.globalreporting.org, escolhendo-se a página em português.

IMPRENSA RURAL NO BRASIL



Agroanalysis é uma das revistas que mereceram destaque no livro *A Imprensa Rural no Brasil*, do jornalista João Castanho Dias, fruto da vivência de mais de 30 anos do autor na área, lançado na Livraria da Vila, São Paulo, dia 30 de novembro. É o primeiro do gênero e mostra o universo do jornalismo agrícola brasileiro com cerca de 1.200 profissionais, 300 publicações, entre revistas e jornais, 40 programas de rádio e 35 de televisão.
O livro, de 188 páginas ricamente ilustradas, capa dura, formato grande, está à venda no *site* www.barleus.com.br por R$ 120,00 o exemplar.

DESAFIO DE PRODUTIVIDADE DA SOJA

Atenção, sojicultores: as inscrições para o 3º Desafio Nacional de Máxima Produtividade da Soja 2011/2012 encerram-se no próximo dia 15 de janeiro. Trata-se de uma inciativa pioneira do Comitê Estratégico da Soja Brasil (Cesb), um comitê criado para promover estratégias que contribuam para elevar a produtividade sustentável, além de valorizar a cultura da soja brasileira, uma das mais importantes do País. Um dos objetivos do Cesb é estimular, por meio da criação de estratégias sustentáveis, o aumento da produtividade média dos atuais 3.104 kg/ha para, no mínimo, 4.000 kg, nos Cerrados, até 2015, e na região Sul até 2020. Informações no *site* http://cesbrasil.org.br/.


SXC.HU

PODER DA CLASSE C

A classe C respondeu, em 2011, por 30% do consumo total do País, estimado em R$ 2,3 bilhões, indica pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para mapear as aspirações e os sonhos dessa classe social. A partir dos dados obtidos com a pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), que ouviu duas mil pessoas de todos os Estados, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, explicou que será possível elaborar um planejamento geral e outro específico para a produção agropecuária, considerando, em especial, as preferências da classe C, que representa 55% da população brasileira.

OS NÚMEROS DA SAFRA

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção nacional de grãos para a safra 2011/12 deve chegar a 159,079 milhões de toneladas, com uma redução de 2,4% em relação aos 162,958 milhões de toneladas colhidas na última safra. A previsão faz parte do terceiro levantamento feito pelo órgão e comunicado em dezembro, em Brasília. As culturas mais representativas – milho e soja – somam juntas 83% da safra nacional, com a produção de 131,605 milhões de toneladas.

"Há várias possibilidades de atuação na área de agronomia, que evoluiu muito nas últimas décadas e hoje é um dos setores mais promissores da economia brasileira. Se pensarmos no futuro, então, teremos o compromisso de atender não só à demanda interna, mas abastecer a população global. O que nos mostra, desde já, que a qualificação será fator fundamental."

JULIANA BREMER, gerente de Treinamento e Desenvolvimento da Bayer CropScience



WILSON DIAS/ABR

"Se o Brasil empreender as determinações deste Código Florestal, nós promoveremos o maior projeto de reflorestamento do planeta."

Senador RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF), que preside a Comissão de Meio Ambiente

"Com um novo Código Florestal, o Brasil não terá mais desmatamentos e continuará com a maior e mais barata agricultura tropical do planeta, que hoje preserva 61% dos seus biomas e produz em 27,7% do território nacional."

Senadora KATIA ABREU, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

"Precisamos transformar o mercado em um mecanismo patrocinador da conservação das florestas. Esse é o princípio do conservador beneficiário, o inverso do princípio do poluidor pagador."

MARCELO SCHMID, diretor da empresa de consultoria Ideia Ambiental.

"Os europeus não vão conseguir cumprir a meta do programa para mitigar a emissão de gases de efeito estufa com a sua produção local, por isso, terão de importar 2,5 bilhões de litros de etanol ou biodiesel."

FABIO TRIGUEIRINHO, secretário-geral da Abiove

"A Rio+20 será um momento oportuno para demonstrar que é possível reduzir o desmatamento e expandir a produção econômica. Esse é o recado que o Brasil vai dar."

MAURO PIRES, diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente

"O Brasil tem um potencial de expansão agrícola que ninguém tem, e o produtor brasileiro precisa ser remunerado por preservar o meio ambiente."

RICARDO ARIOLI, diretor-executivo e responsável pela comissão de sustentabilidade da Aprosoja

"Nós temos mais de oito milhões de pessoas que recebem a previdência na área rural, e 94% delas são de um salário mínimo, portanto, não há distorções, não há marajá do ponto de vista da área rural. Ouso afirmar que se trata de uma questão de interesse nacional, porque garante poder aquisitivo à população rural, fortalece a economia dos pequenos municípios e, assim, contribui decisivamente para a fixação do homem no campo."

Deputado BOHN GASS (PT-RS), coordenador da nova Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social Rural

Crise europeia

Quem vai pagar a maior parte da conta?

Felippe Serigati*

O problema

No momento em que este artigo é escrito, a solução de curto prazo para a crise do euro é o ponto mais delicado. Nenhuma das propostas, apresentadas e discutidas no quadro abaixo, será rapidamente implementada.

Ainda uma solução incompleta

Basta imaginar quanto tempo será necessário para que o Parlamento de cada país membro aprove uma emenda constitucional estabelecendo um teto para o déficit público. Pior, ainda não foram negociadas que tipos de sanções deverão ser aplicadas aos países que descumprirem as regras.

Muitos analistas defendem que estas medidas deveriam ter sido tomadas bem antes. Com certeza, seria ótimo, no entanto, a agenda política tem um ritmo diferente da dinâmica econômica. Dificilmente seria possível tomar medidas como estas, que limitam a liberdade e a soberania de cada país para determinar sua política fiscal, em períodos de expansão econômica. A urgência criada pela crise não deixa muitas opções para as autoridades nacionais a não ser encararem estas políticas amargas e impopulares.

De qualquer forma, embora essas medidas sejam necessárias, não são suficientes para resolver o principal problema: como socorrer os países ameaçados de insolvência e acalmar os mercados, dando-lhes garantia de que todos os países membros honrarão seus compromissos? Pior ainda: Como trazer para 60 % do PIB uma dívida que, em alguns casos, chega a mais de 100%? Em quantos anos? Qual o tamanho do Superavit Nominal necessário das contas públicas? Qual o tamanho da recessão necessária? Claramente esta não é uma solução viável, sem algum outro ponto de apoio.

Diante dessa situação, com a insuficiência dos recursos do EFSF para garantir a rolagem desses papéis, quem poderá socorrer estes países? Neste momento, parece não haver outra solução a não ser que o emprestador de última instância, também conhecido como Banco Central Europeu (BCE), entre decisivamente no jogo.

Crises econômicas não são resolvidas facilmente. Como exigem uma espécie de divisão dos prejuízos, sempre haverá resistência por parte de diversos grupos de interesse. Para deixar ainda mais complicado, os agentes têm dificuldade para "calcular" qual será a fatia desta conta que lhes caberá, pois os prováveis desdobramentos de uma crise são quase sempre incertos e mudam a cada nova notícia.

Quase todos os países já passaram por crises econômicas e tiveram de buscar soluções para sair do atoleiro. Contudo, o caso europeu é mais complicado, porque, logo de partida, envolve negociações entre diversos grupos de interesses bastante heterogêneos de pelo menos 17 nações que compõem a zona do euro.

A proposta Merkozy (França mais Alemanha) mantém as regras já estabelecidas no momento da criação da zona do euro (déficit fiscal não superior a 3% do PIB e estoque de dívida que não pode ultrapassar 60% do PIB). No entanto, foram adicionados reais mecanismos de controle destas regras e punições para aqueles que as descumprirem. Entre as regras acordadas, merecem destaque:

- Os países membros terão de limitar seus déficits fiscais a, no máximo, 3% do PIB. Esta regra terá de estar presente na Constituição de cada país e só poderá ser quebrada em casos de recessão ou situações bastante excepcionais (por exemplo, emitir dívida para salvar o sistema bancário, como os EUA fizeram em 2008 e 2009);
- Os países membros terão de submeter suas propostas orçamentárias anuais à Comissão Europeia, que terá o poder de rejeitá-las e solicitar ajustes nas contas;
- Da mesma forma, cada país membro terá de comunicar à Comissão Europeia quanta dívida pretende emitir a cada ano;
- Todas estas regras serão fiscalizadas pelo Tribunal de Justiça Europeu, que aplicará sanções para quem descumpri-las. Todavia, ainda não está claro que sanções serão essas;
- Por fim, os países membros terão de colaborar com um total de 200 bilhões de euros, que serão administrados pelo FMI, além de recapitalizarem e transformarem o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF, sigla em inglês) em um fundo de resgate permanente, chamado de Mecanismo de Estabilidade Europeia (ESM, sigla em inglês). Este novo fundo pretende ser um instrumento mais rápido para socorrer do bloco europeu. Isso, porém, deve acontecer somente em julho de 2012.

A briga agora parece ser a de distribuir a conta. Principalmente a Alemanha, que quer forçar os ajustes fiscais, para depois apoiar uma atuação do Banco Central Europeu.

Enfim, os líderes europeus têm de resolver:

- problemas de curto prazo: criar condições para que os países membros consigam rolar suas dívidas e restabelecer a confiança dos mercados; e
- desafios de médio prazo: aprovar o conjunto de regras que controle e homogeneíze as políticas fiscais dos países membros.

A solução

Tempo: um dos principais inimigos dos líderes europeus

Quanto mais tempo demorar a se costurar um acordo entre as nações da zona do euro, menos opções sobram na mesa e mais difícil fica resolver os problemas. O fato é que, enquanto os líderes europeus não apresentam uma proposta confiável, o mercado tem exigido juros cada vez mais altos e prazos cada vez mais estreitos a cada nova rolagem de dívida dos países ameaçados.

Se os países tiverem de pagar juros cada vez mais altos, porém, maiores serão os seus estoques de dívida, maiores serão as desconfianças sobre sua capacidade de pagamento, e, por fim, juros ainda mais altos serão cobrados na próxima rolagem. É um processo que, se não for tomada uma medida para revertê-lo, rapidamente termina em moratória. Por isso, o tempo é um dos principais inimigos dos países europeus.

Banco Central Europeu: a última solução?

Diversos analistas acreditam que somente o Banco Central Europeu (BCE) pode recuperar a confiança do mercado nos títulos de dívida dos países ameaçados. O BCE pode comprar os títulos de dívidas que nenhum agente no mercado tem aceitado e fornecer recursos para os países com problemas. Esta capacidade vem do fato de que o BCE é o único agente capaz de imprimir euros.

No entanto, é justamente esta característica que justifica a principal resistência do próprio BCE e, principalmente, da Alemanha de fazer uso deste recurso. Se o BCE apenas adquirir estes títulos injetando dinheiro no mercado, tal qual fez o FED (o Banco Central dos Estados Unidos) entre 2008 e 2010, aumentará a quantidade de dinheiro em circulação e elevará os riscos de inflação nos países que não estão apresentando quadros recessivos (caso da Alemanha e dos países nórdicos, por exemplo). Para evitar este excesso de liquidez, o BCE poderia, simultaneamente, emitir títulos de dívida para recolher todo este dinheiro. Todavia, isso significaria deteriorar o balanço do BCE. Seria substituir títulos de qualidade duvidosa (títulos soberanos dos países problemáticos) por títulos do BCE. A Alemanha resiste a esta alternativa, porque qualquer problema no BCE terá de ser solucionado pelo Bundesbank (o Banco Central alemão). E terá de aceitar de uma ou outra forma esta solução, mas depois de forçar ao máximo os ajustes fiscais dos demais países.

Enfim, o problema da União Europeia, cada vez mais um problema mundial, não é nem um pouco trivial. Demora para ser resolvido, o que tem piorado muito as coisas, mas isto porque envolve custos e soberania. Mostra claramente que não é possível uma união monetária sem um forte pacto fiscal. Não haverá o final do Euro, mas, sim, uma nova União Europeia, diferente da de hoje, e que levará um bom tempo para voltar a crescer. ■

* Doutorando em Economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley



SXC.HU

Soja

Índices e resultado econômico

Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[1]
Rafael Ribeiro de Lima Filho[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]
Hyberville Paulo D'Athayde Neto[4]

A SOJA é a principal cultura agrícola do Brasil. A liderança da produção de soja, em relação ao cultivo de grãos, não é de hoje. Consolidou-se há dez anos, na safra 2001/02, e se manteve em todos os anos de lá para cá.

Brasil: Área plantada, produção e participação da soja no total de grãos na safra 2010/11

Item	Área plantada (ha)	Produção (mil t)
Soja	24.181	75.324
Grãos	49.919	162.955
Participação	48,4%	46,2%

Fonte: Conab / Compilado pela Scot Consultoria

Em 2001/02, a produção foi de 41,9 milhões de toneladas, frente a 35,2 milhões de toneladas do milho, alcançando uma participação de 43,3% na produção total de grãos. Na média das últimas dez safras, a soja representou 43,8% do total de grãos produzidos. Já para a área plantada com a leguminosa, a média das últimas dez safras colhidas aponta para uma participação de 45,6% em relação à área total destinada aos grãos.

No entanto, a soja não é conhecida apenas pela sua importância em termos de área e produção. A cultura também apresenta elevada produtividade, em níveis semelhantes a expoentes da agricultura mundial, como os Estados Unidos. Para a safra 2010/11, por exemplo, utilizando os dados da Conab e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) para a produtividade da soja brasileira e da norte-americana, temos que a produtividade no Brasil foi superior à dos Estados Unidos.

Na última safra, as produtividades do Brasil e dos Estados Unidos foram de 51,9 sacas e 48,7 sacas por hectare, respectivamente. Apesar da melhor produtividade do Brasil em 2010/11, na média das últimas dez safras os EUA têm ligeira vantagem, com produtividades de 44,5 sacas e 45,8 sacas por hectare para o Brasil e os EUA, respectivamente.

Resultado econômico

Analisamos também a estimativa de receita, custo e lucro da soja. Para tanto, utilizamos parâmetros técnico-econômicos do maior produtor do grão no País, Mato Grosso. Segundo a Conab, o Estado produziu 27,1% da soja em 2010/11, num total de 20,4 milhões de toneladas.

Parâmetros para o cálculo do lucro por hectare da soja em Mato Grosso na safra 2011/2012

Item	Valor
Preço (R$/saca)	39,33
Produtividade (sacas/ha)	52,05
Custo total (R$/ha)	1.762,07
Lucro (R$/ha)	**285,06**

Fonte: Imea

Os resultados econômicos foram calculados para a safra 2010/11. Com o preço e a produtividade considerados, a receita apurada foi de R$ 2.100,30 por hectare. O lucro, portanto, de R$ 553,59/ha. Para a safra 2011/12, há grande chance de redução da rentabilidade em relação à passada, já que os custos estão maiores e a produtividade está semelhante.

Estimativas do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) apontam para uma produtividade de 52,05 sacas/ha e um custo total médio para Mato Grosso de R$ 1.762,07/ha para a safra 2011/12. Considerando uma cotação de R$ 39,33/saca (mantendo a variação de outubro a março do ano passado), o resultado será de R$ 285,06/ha, 48,5% menor que o da 2010/11.

Vale ressaltar que vários fatores interferem no lucro, como a composição dos custos, produtividade e, principalmente, o preço. Nesse contexto, uma ferramenta que vem ganhando força é a antecipação da comercialização da safra. Segundo o Imea, até outubro deste ano, 52,5% da safra 2011/12 de soja de Mato Grosso haviam sido comercializados, frente à comercialização de 45,0% da safra 2010/11 no mesmo período do ano passado.

Esta é uma prática interessante, por ser considerada uma estratégia de gestão de risco. Apesar de não garantir, necessariamente, o maior lucro possível, ela garante o lucro, com base nos custos de produção, eliminando os riscos inerentes à comercialização.

Para se ter ideia, no mercado físico, a saca de soja foi comercializada, em média, por R$ 44,40 em setembro deste ano em Rondonópolis-MT. De lá para cá, as incertezas com relação à economia mundial afetaram a demanda por *commodities* e derrubaram o preço do grão. Atualmente (dezembro/11), segundo levantamento da Scot Consultoria, os negócios com a soja em Rondonópolis-MT ocorrem ao redor de R$ 39,00/saca, 12,2% menos que a média de setembro. ■

1. Zootecnista da Scot Consultoria – gm@scotconsultoria.com.br
2. Zootecnista da Scot Consultoria – rafael@scotconsultoria.com.br
3. Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria – alcides.torres@scotconsultoria.com.br
4. Médico veterinário da Scot Consultoria – hn@scotconsultoria.com.br

Açúcar na Europa

Perspectiva de eliminação de cotas de produção

Plinio Nastari*

A BEM-SUCEDIDA ação iniciada em 2002 pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra exportações subsidiadas de açúcar da União Europeia, que ainda contou com a adesão da Austrália e Tailândia, motivou a grande reforma do regime comum europeu para o açúcar. A decisão final do Órgão de Solução de Controvérsias, de 2005, limitou as exportações subsidiadas europeias a 1,3 milhão de toneladas e fez com que a Comissão Europeia reduzisse o preço mínimo de garantia da beterrada, implementando leilões pelos quais produtores menos eficientes poderiam vender as suas cotas de produção.

As transformações causadas por esta ação foram profundas para toda a indústria europeia, com o fechamento de dezenas de usinas, a extinção da produção na Grécia, em Portugal, na Irlanda e na Finlândia, além de redução significativa na Itália, Holanda e Espanha. As exportações europeias caíram de 6,6 para 2 milhões de toneladas entre 2005 e 2010, e o país que mais se beneficiou desta ação foi o Brasil, que no mesmo período aumentou suas exportações de 13,3 para 28 milhões de toneladas.

No mês passado, a França comemorou 200 anos de introdução da beterraba açucareira, trazida da Prússia por Napoleão, em 1811, para contornar o bloqueio continental imposto pela Inglaterra. A Confederacão Geral dos Produtores de Beterraba da França, uma das mais poderosas e tradicionais alianças de produtores agrícolas da Europa, promoveu uma reunião especial para comemorar o bicentenário. Uma semana antes do evento, a Direção Agrícola (DG-Agri) da Comissão Europeia anunciou a intenção de eliminar por completo o sistema de cotas de produção em 2015.



SXC.HU

Os produtores franceses, em particular aqueles localizados nas regiões da Picardia e Normandia, ao norte do país, são os mais eficientes e competitivos da Europa, juntamente com os produtores do sul da Alemanha. Nos últimos cinco anos, esses produtores se reagruparam, reduziram a área cultivada nas regiões menos produtivas e realizaram um enorme esforço para aumentar a produtividade, que subiu de 11,5 para 16 toneladas de açúcar por hectare.

A intenção de eliminar por completo as cotas de produção representa um novo choque de liberação, e até que seja implantada, se isso ocorrer, vai encontrar muitas resistências. No entanto, a posição relativa de competitividade no mercado mundial dos produtores da França e Alemanha mudou muito, obtendo melhoras graças à reforma do regime comum europeu e à perda de competitividade do Brasil, que, além dos diversos problemas enfrentados nas lavouras, foi comprometida pela valorização do real. Em 2002, o diferencial de custo entre o Brasil e a França era de 300%. Atualmente, essa diferença é de aproximadamente 30%. A reforma gerada pela ação do Brasil na OMC foi muito dolorosa, mas permitiu que os produtores europeus atingissem um novo patamar de competitividade. ■

* Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da Datagro Consultoria

Brasil e Argentina

Integração na cadeia leiteira

Bivanilda Almeida Tapias*

EM 2010, fez-se necessário um acordo voluntário entre representantes do setor privado, supervisionado pelos governos de Brasil e Argentina, para "disciplinar" as exportações argentinas de lácteos ao Brasil, sobretudo de leite em pó, que em 2009 ultrapassaram a casa das 40 mil toneladas. Em outras palavras, implementou-se o comércio administrado entre as duas nações. O acordo, expirado em abril, foi renovado em novembro, já que não se chegava a um consenso sobre a cota mensal exportada. Adicionalmente, ainda havia o fato de que as exportações de lácteos argentinos ao País experimentaram um crescimento forte desde o fim de 2010, período em que os volumes foram superiores aos previstos no citado acordo.

Embora a Argentina exporte iogurte, doce de leite e uma variedade de queijos, o leite em pó ainda é o carro-chefe nas exportações de lácteos. Em 2010, a Argentina exportou 172 mil toneladas, das quais 37 mil toneladas foram destinadas ao Brasil. Até a década de 1990, em decorrência do desempenho insatisfatório da produção global de leite, o Brasil era um importador frequente de leite em pó para garantir o abastecimento interno. Nos anos 1980, o País importou, em média, 66 mil toneladas de leite em pó e tinha na Argentina o seu principal fornecedor, com quase 70% de participação no mercado brasileiro.

A transformação do setor leiteiro brasileiro nos últimos 20 anos tem sido espetacular. Com investimentos, crédito, melhoria e aumento de produtividade e qualidade, o País mudou o panorama de importador para exportador de produtos lácteos, respondendo por mais de 60% do volume total de leite produzido nos países que compõem o Mercosul.

Na Argentina, não foi diferente. Uma das principais cadeias produtivas é a leiteira. Nos últimos anos, este setor alcançou um desenvolvimento tal, que o coloca em posição de encarar o desafio da exportação, fruto de uma forte reconversão tecnológica realizada ao longo da última década. Esse desenvolvimento se observou tanto na produção primária como na área industrial, com o objetivo primordial de alcançar níveis de qualidade e eficiência que permitam à indústria nacional competir internacionalmente, apesar das fortes distorções que existem no comércio mundial de alimentos.

Metade dos investimentos argentinos destinou-se à construção ou a reformas de laticínios e à aquisição de tecnologia, enquanto 35% foram aplicados em *joint ventures*. Os investimentos permitiram mais que duplicar a capacidade instalada para a elaboração de leite em pó. É importante ressaltar que o setor industrial lácteo conta com várias empresas com certificação ISO 9002 e ISO 9001, além de numerosos estabelecimentos com Sistema HACCP (Hazard analysis and critical control point), já implantado em suas linhas de produção.

A crise instaurada na Argentina desde o ano 2001 produziu uma forte retração do consumo interno, o que reavivou o potencial exportador do setor leiteiro. Apesar das dificuldades financeiras e da imposição das retenções (imposto sobre exportação), segundo dados do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta), houve um incremento de 2,4 % na produção de leite cru entre 2009 e 2010. As projeções indicam que, para 2011, o crescimento na produção será de 4,4%, enquanto que no total mundial espera-se um crescimento de apenas 1,9%. Este incremento produtivo é o primeiro passo na melhoria da posição argentina no mercado mundial. As projeções para as exportações para a Argentina em 2011 são de um crescimento de 17,6%.

Portanto, estamos falando de dois países, Brasil e Argentina, que ocupam a 2ª e 4ª posições, respectivamente, entre os maiores produtores de leite no continente americano. Fortes competidores. Como resolver esta questão? Buscar terceiros mercados, como a China e países africanos. Segundo dados do Serviço Agrícola Externo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda/FAS), as importações chinesas de leite em pó chegaram a 320 mil toneladas em 2010, e estima-se que, para 2011, este valor alcance as 400 mil toneladas, o que significa um aumento de 260% em dois anos e de 770% em relação a 2008.

Este ano, representantes de empresas chinesas e autoridades do Ministério da Agricultura da China já manifestaram interesse em comprar leite em pó, tanto no Brasil como na Argentina. Ressalte-se ainda o fato de que a entressafra de produção brasileira praticamente coincide com a safra argentina, o que pode gerar uma complementaridade na exportação de lácteos. Não é demais ressaltar que os argentinos saíram na frente e este semestre iniciaram a exportação de queijos para a China, enquanto negociam os primeiros embarques de leite em pó para o inicio de 2012.

Diante deste cenário, não há dúvidas. A melhor opção é promover a articulação entre o setor público e privado de ambos os países, com o propósito de fortalecer o vínculo, unindo esforços para impulsionar as vendas externas de leite e derivados. ■

Este artigo reflete a opinião da autora e não das instituições que representa.

* Adida Agrícola na Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Brasil na OCDE

Know-how para investir na África

Cleber Lima Guarany*

EM DEZEMBRO do último ano, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio da FGV, organizou o seminário Agribusiness in Brasil: Policies, Experiences and Perspectives, com o objetivo de discutir e promover o intercâmbio de políticas, visões e experiências com delegações de agricultura de diferentes países.

Um dos temas abordados foi a contribuição que o Brasil pode oferecer para países localizados na região do cinturão tropical do planeta. O Brasil possui conhecimento e tecnologia para auxiliar esses países na produção de alimentos e agroenergia.

Neste contexto, a FGV Projetos tem contribuído por meio do mapeamento de áreas aptas para produção de alimentos e agroenergia em vários países desde o ano de 2007.

Para se produzir qualquer cultura agrícola, é preciso ter basicamente cinco fatores disponíveis: terra, água, mão de obra, *know-how* e capital. Mesmo contando com os três primeiros fatores em condições de abundância, muitos países esbarram na carência de *know-how* e capital.

Tomemos uma amostra de quatro países já avaliados pela FGV Projetos: Libéria, Guiné Conakry, Moçambique e Zâmbia. Apesar de apresentarem condições sociais e econômicas distintas, todos esses países enfrentam escassez de alimentos e combustíveis, importando produtos que poderiam ser facilmente produzidos em seus territórios.

Juntos, esses países têm disponibilidade de terra, água e mão de obra para substituir não só suas importações de óleo de palma, milho, arroz e açúcar como também todo o volume importado pelo continente africano de arroz e açúcar, além de boa parte das necessidades de milho e óleo de palma do continente. Vale lembrar que as estimativas de potencial de produção consideraram apenas a utilização de área degradada ou abandonada, que representa 5% do território de cada país.

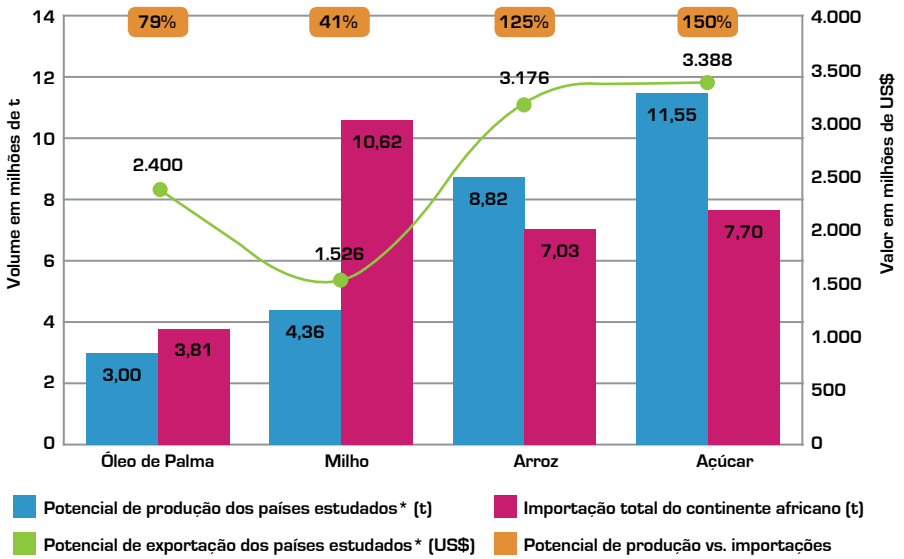
Vale lembrar, ainda, que os valores envolvidos nessas operações poderiam alavancar de maneira significativa as economias desses países, fortalecendo o setor agroindustrial como um todo. Seriam aproximadamente US$ 10,5 bilhões de receitas adicionais para este conjunto de países.

Existem outros países com potenciais similares aos aqui avaliados e com condições de produzir, além das culturas já citadas, outras, com grande demanda de mercado, como a soja, o girassol, algodão, amendoim etc.

Na produção da energia, o cenário não é diferente. Muitos países são importadores de combustíveis fósseis, principalmente de diesel e gasolina, e, neste cenário, a agroenergia tem papel fundamental para diminuir essa dependência externa e aumentar a segurança energética dessas nações.

Libéria, Guiné Conakry, Moçambique e Zâmbia poderiam desenvolver um vigoroso parque agroenergético, utilizando, neste caso, apenas 0,5% de suas extensões territoriais.

Potencial de produção e exportação dos países estudados *versus* Importações do continente africano



*Países: Guiné Conakry, Libéria, Moçambique e Zâmbia
Fonte: FGV Projetos



SXC.HU

As produções de biodiesel e etanol, por exemplo, satisfariam as necessidades de todos os países avaliados, além de produzirem um excedente considerável para exportação.

Os projetos de produção de alimentos e agroenergia têm grande capacidade de geração de empregos e distribuição de renda, uma vez que priorizam a substituição das importações pela produção local de insumos estratégicos para os países.

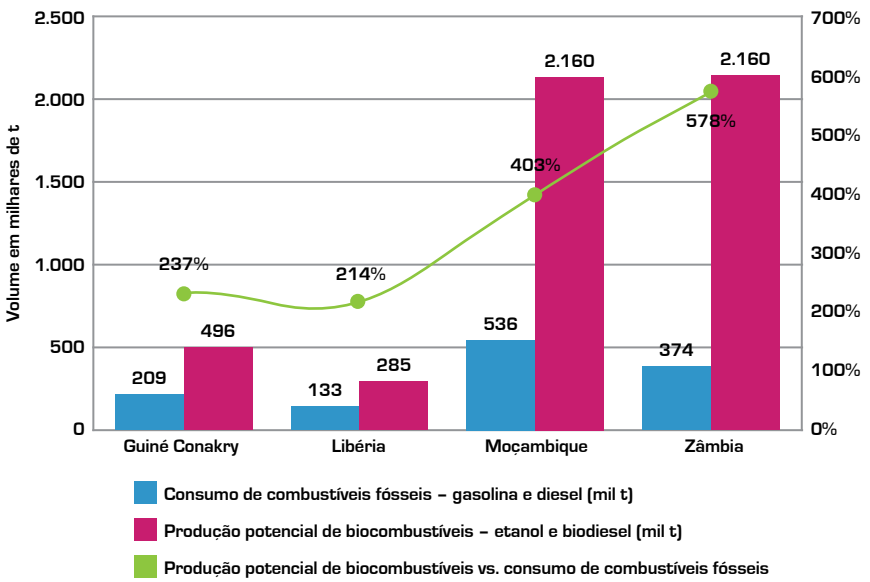
Como mencionado, terra, água e mão de obra representam uma vantagem natural de alguns países. Quanto ao *know-how*, o Brasil tem *expertise* de sobra para ajudar na capacitação de produção de diversas culturas tropicais.

Com relação ao capital, o grande desafio para os países da região é atrair a iniciativa privada para investir em projetos dessa natureza. Apesar de ainda chegarem de maneira muito tímida, os investimentos no setor vêm ganhando impulso com a demanda mundial crescente por alimentos e energia.

Assim, pode-se verificar que países com forte demanda por bens agrícolas, como a China e a Índia, já começam a se posicionar em alguns países da zona tropical, visando obtenção de direito de terras para produção agrícola.

Pelo que se observou no seminário da OCDE, há uma expectativa bastante grande, por parte dos países mais industrializados, de que a África se torne, no longo prazo, um *player* importante na produção agroindustrial. ■

Percentual de consumo de combustíveis fósseis *versus* Produção potencial de biocombustíveis



Fonte: FGV Projetos

* Coordenador de projetos da FGV Projetos

Evento Rio+20

Documento da agricultura

TERMINADA A 17ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, em Durban, na África do Sul, as atenções se voltam para a Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, nos dias 20, 21 e 22 de junho. O governo brasileiro elaborou documento com as visões e propostas iniciais sobre os temas e objetivos da Conferência.

A agropecuária e o desenvolvimento rural mereceram um tratamento específico entre os 25 desafios novos e emergentes do desenvolvimento sustentável citados pelo referido documento. Não obstante, diante de sua interação sistêmica com outras atividades econômicas e sociais, a agricultura está diretamente associada e integrada a outros temas.

Em 19 de outubro de 2011, a Portaria nº 871, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estabeleceu Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de promover o debate e propor ações necessárias para articular a participação do Mapa na organização e realização da Conferência Rio+20. O GT é coordenado pela Secretaria de Defesa do Cooperativismo (SDC), com representantes também da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e de lideranças e especialistas de entidades públicas e privadas.

Uma das iniciativas imediatas do GT será formular um documento para distribuição ao público em geral, seja brasileiro ou estrangeiro, com visão mais focada na agricultura e no desenvolvimento sustentável, que possa servir de contribuição para os debates e as análises na Rio+20, a exemplo do trabalho elaborado pelo governo brasileiro.

Sem dúvida, será uma oportunidade grande e rara para apresentar as razões pelas quais grandes mídias internacionais, por diversas vezes, têm enaltecido aquilo que eles mesmos chamam de milagre da agricultura tropical. Um momento para mostrar as realizações do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com relação ao sistema de plantio direto e a integração lavoura, pecuária e silvicultura, além da agroenergia. Enfim, um trabalho de seleção e convite para conhecer o mapa de *cases* de sustentabilidade existentes no mundo rural brasileiro. ■

Temas para o evento:

- Erradicação da pobreza extrema;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Equidade;
- Acesso à saúde;
- Responsabilidade social nas empresas;
- Educação;
- Cultura;
- Empoderamento das mulheres;
- Promoção da igualdade racial;
- Multilateralismo e sociedade civil;
- Papel do Estado;
- Produção e consumo sustentáveis;
- Energia;
- Cidade e desenvolvimento urbano;
- Transportes;
- Agropecuária e desenvolvimento rural;
- Inovação e acesso à tecnologia;
- Crédito para o desenvolvimento sustentável;
- Mudança do clima;
- Biodiversidade;
- Combate à desertificação;
- Água;
- Pesca;
- Aquicultura e florestas;
- Oceanos, mares e zonas costeiras.

Agropecuária e desenvolvimento rural*

Absolutamente dependente das condições ambientais, a agropecuária é essencial para o desenvolvimento dos países, ao mesmo tempo em que contribui para o combate à mudança do clima.

É possível garantir segurança alimentar e nutricional, promover a mitigação das emissões e o aumento da produtividade, reduzir os custos de produção, melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, aumentar a resiliência de sistemas produtivos, promover o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais e possibilitar a adaptação do setor agropecuário à mudança do clima.

Para que isso ocorra, é preciso, entre outras ações, investir em pesquisa agropecuária, apoiar e incentivar os produtores a adotarem tecnologias.

Uma renovada atenção da cooperação internacional aos investimentos no desenvolvimento rural e à difusão de tecnologias e informações meteorológicas adequadas à agricultura tropical torna-se particularmente importante.

Além disso, subsídios insustentáveis à agricultura de países desenvolvidos, que distorcem mercados e inviabilizam a produção em países de menor desenvolvimento relativo, devem ser eliminados.

O resultado dessa atenção especial ao campo deve ser o aumento da produção sustentável, a segurança alimentar, a geração de emprego, trabalho e renda, o respeito à biodiversidade e a mitigação das emissões de carbono derivadas da agricultura e da pecuária.

A Rio+20 deverá tratar com particular atenção o papel da agricultura familiar, como exemplo da prática do desenvolvimento sustentável quando for ambientalmente adequada, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente apropriada.

* Trecho do documento do governo brasileiro como contribuição para o Rio+20.

Meio ambiente

Menor desmatamento na Amazônia

Ares*

O INSTITUTO Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apresentou a estimativa de desmatamento na Amazônia Legal realizada pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes). O levantamento leva em conta a coleta feita por 96 imagens de satélites, que computam como desmatamento as áreas superiores a 6,25 hectares onde ocorreu remoção completa da cobertura florestal (corte raso). A margem de erro é de mais ou menos 10%.

A taxa de desmatamento projetada para o período de agosto de 2010 a julho de 2011 indica uma redução de 11% em relação ao mesmo período entre 2009 e 2010. Houve uma reversão abrupta no quadro assistido até meados do primeiro semestre, que era de crescimento. Trata-se da menor taxa estimada pelo Inpe desde 1988, quando o instituto iniciou a série de levantamentos anuais de desmatamento. Não obstante, a área desmatada ainda é considerada grande, pois supera o território do Distrito Federal.

O resultado consolidado será divulgado em abril de 2012, quando será complementado através de análise de mais 117 imagens necessárias para cobrir a área de floresta na Amazônia Legal.

Considerada uma das ações principais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) no Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Prodes é reconhecido como uma contribuição fundamental para o logro das metas do PPCDAM pela presteza e transparência na divulgação da informação sobre o desmatamento na Amazônia Legal.

Os Estados do Pará, de Mato Grosso e Rondônia continuam na liderança do desmatamento entre os Estados nacionais. No Pará, houve redução na comparação anual, mas os Estados de Mato Grosso e Rondônia tiveram, respectivamente, crescimento de 20% e 100%. Esses resultados são extremamente sensíveis.

Para o governo, o recuo no número total do desmatamento pode ser atribuído a uma intensificação no combate à perda florestal. Até 2014, a previsão é investir R$ 1 bilhão em três satélites.

Com a tendência de queda no processo de devastação, o governo anuncia a pretensão de investir na recuperação de áreas desmatadas e abandonadas no bioma. O debate deverá ir além e não apenas coibir o desmatamento. Será preciso avançar em relação ao monitoramento da área já desmatada na Amazônia, estimada em 20%, em processo de regeneração ou com florestas plantadas com espécies exóticas, de acordo com levantamento feito pelo Inpe e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Como cumpre o papel de absorvedores de dióxido de carbono, boa parte desses territórios poderá servir de sumidouros de carbono. A estratégia de aumentar a produtividade da pecuária, que ocupa 62% das áreas desmatadas, é uma das alternativas para transformar a Amazônia em um grande instrumento de sequestro de carbono. Isso mudará totalmente o balanço brasileiro de emissões.

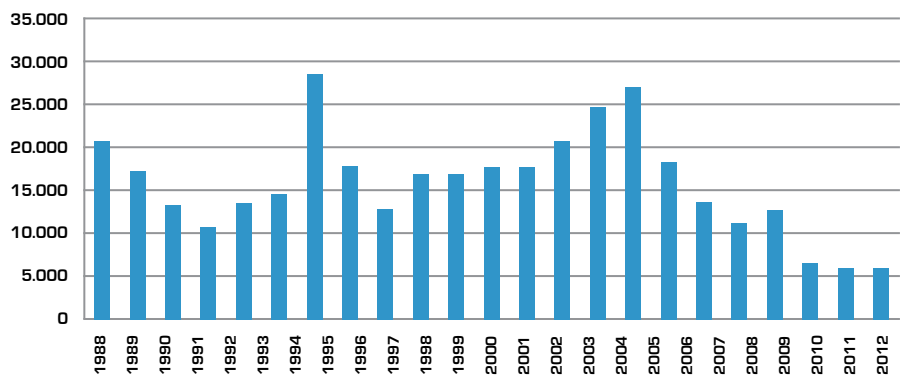
A recomposição da floresta, aliada com as medidas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que preveem meta contínua de redução do desmatamento, possibilitará à Amazônia, a partir de 2015, se transformar em um centro importante de absorção de carbono. ■

Desmatamento por Estado na Amazônia Legal entre Ago/10 e Jul/11

Estado	Área (mil km²)
Pará	2.870
Mato Grosso	1.126
Rondônia	869
Amazonas	526
Maranhão	36
Acre	271
Roraima	120
Amapá	51
Tocantins	40
Total	6.238

Fonte: Inpe

Evolução do desmatamento da Amazônia Legal (mil km²)



Fonte: Inpe

* Instituto para o Agronegócio Responsável

COP-17

Prorrogado o Protocolo de Kyoto

A COP-17, realizada em Durban, na África do Sul, em dezembro último, no International Convention Centre (ICC), foi a mais longa da história, com os seguintes temas centrais em discussão:

- Prorrogação do Protocolo de Kyoto pós-2012 (quando ele expira);
- Comprometimento de um acordo legal para redução nas emissões dos Gases do Efeito Estufa (GEEs);
- Operacionalização do Fundo Verde, que visa destinar até US$ 100 bilhões ao ano, até 2020, para combater as mudanças climáticas em países pobres.

Para contextualizar as peças em jogo no tabuleiro das negociações das mudanças climáticas, é importante avaliar e analisar as posições adotadas pelos países:

- **China**

Aceita compromisso de metas obrigatórias a partir de 2020. Condiciona a criação do Fundo Verde para o clima, a princípio de responsabilidade comum, mas com exigências diferenciadas, dependendo da capacidade de cada país.

Possui um autoimposto desde 2009, com o objetivo diminuir em 40% as emissões de dióxido de carbono por unidade do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 na comparação dos números de 2005. Isso não significa redução das emissões em termos absolutos, apenas relativos. É contrária ao monitoramento externo das suas emissões.

- **EUA**

Favoráveis a metas legais internacionais, desde que em pé de igualdade com outros países. Possuem meta voluntária legal interna de corte nas emissões de 17% até 2020, frente aos níveis de 2005. Isso significa uma redução de 3% em relação a 1990. Em 2009, as emissões aumentaram 7,3% em relação a 1990, mas tiveram queda gradual a partir de 2005.

- **União Europeia e Austrália**

Diminuíram as emissões em 20%, acima das metas de Kyoto, de 8%. Concordam em prorrogar o Protocolo. São a favor de metas obrigatórias de redução das emissões para os países em desenvolvimento.

- **Japão, Rússia e Canadá**

Contrários às metas obrigatórias, enquanto os maiores poluidores do mundo atual, China e EUA, também não se comprometerem com metas. Japão e Rússia conseguiram cumprir as metas de Kyoto, enquanto o Canadá aumentou as emissões em quase 30% de 1990 para 2009.

- **Índia**

Não é contrária a um acordo legal global a partir de 2020, mas afirma não ter condições de assumir compromissos.

- **Brasil**

Conta com metas voluntárias de reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões até 2020. É favorável à negociação de um acordo vinculante global a partir de 2020. É a favor da espera do relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) em 2014, que ditará as diretrizes para conter o aquecimento global.

Plataforma de Durban

Para os analistas, a COP-17 lançou a base para um futuro acordo contra as emissões de gases estufa. O envolvimento dos Estados Unidos e da China, os dois maiores poluidores do planeta, no cumprimento das metas foi considerado uma grande conquista, apesar de só ocorrer após 2020. Para o combate internacional à mudança climática, este foi o maior avanço político desde a criação do Protocolo de Kyoto.

Na verdade, este acordo vinha sendo gestado havia meses entre os países do

Protocolo de Kyoto

Firmado na COP-3, na cidade de Kyoto, no Japão, em 1997, com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos GEEs. Teve ratificação de 55 países, responsáveis por 55% das emissões globais. Está em vigor desde 16 de fevereiro de 2005, após a ratificação da Rússia em novembro de 2004.

Do acordo, que expira em 2012, participam 192 Estados e a União Europeia. Apenas os países desenvolvidos possuem metas de redução na emissão dos Gases do Efeito Estufa. Os Estados Unidos não ratificaram o acordo, por isso não têm metas.

Os 37 países participantes do tratado estão listados no Anexo B, que são os países do Anexo I da Convenção menos Turquia, Belarus e Malta.

Como não ratificou o acordo, os EUA não têm meta de redução da emissão, assim como China, Brasil e Índia, na condição de países em desenvolvimento.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, proposto pelo Brasil junto com o Protocolo de Kyoto, criou o mercado de crédito de carbono: mesmo sem atingir a meta de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa, um país pode comprar de outro que conseguiu cumprir a redução das emissões.

grupo Basic (Brasil, China, Índia e África do Sul), a União Europeia e os Estados Unidos, e tornado consensual durante vários dias em encontros secretos nos anexos ao ICC.

Nessas reuniões, o Brasil, na condição de mediador, foi protagonista importante, fornecendo subsídios na busca de um texto que permitisse aos EUA aderirem a um acordo legalmente vinculante (como a União Europeia exigia) e que, ao mesmo tempo, evitasse a rejeição do Senado.

O conjunto de acordos firmados na COP-17, de uma pagina e meia, recebeu o nome de Plataforma de Durban e possui três partes:

1. Segunda fase do Protocolo

O texto aprovado estabelece novo período de comprometimento com prazo ainda indefinido, de 2013 a 2017 ou de 2013 a 2020. Sem conseguir acordo, os países adiaram essa decisão para a COP-18, que será no Qatar. Os países das pequenas ilhas insistem em prazos mais curtos para fixação de metas globais.

Todos os países concordaram com a assinatura de um "protocolo", "instrumento legal" ou "resultado acordado com força legal" de redução nas emissões dos GEEs, a partir de 2020.

A inclusão das metas obrigatórias para EUA, Brasil, China e os demais emergentes, com relação ao acordo pós-2020, foi uma mudança de posição significativa, pois aumenta a abrangência de cobertura das emissões de Kyoto, que atualmente cobrem somente em torno de 15% das emissões globais.

Não obstante, como o segundo período de compromisso de Kyoto continuará sem os EUA e ainda perdeu Japão, Rússia e Canadá, haverá dificuldades para o cumprimento das recomendações da ciência: -2ºC em relação aos níveis pré-industriais.

O texto inclui as promessas feitas na COP-15, de Copenhague, com o corte de pelo menos 20% para cada país. Os ministros e negociadores analisaram os documentos propostos para o acordo final da Conferência do Clima de Durban, na África do Sul, a COP-17, que determinam a prorrogação do Protocolo de Kyoto, com a definição de um marco legal para os países a cortarem suas emissões de Gases do Efeito Estufa a partir de 2020.

2. Fundo Verde

Começará a funcionar em 2012. O valor exato para cada país está sujeito à revisão em 2015, quando sai o relatório do IPCC, que irá indicar se as medidas adotadas até então são eficientes para combater as mudanças climáticas. O Comitê Executivo do Fundo terá 24 membros, distribuídos em partes iguais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os recursos virão de contribuições diretas dos Estados desenvolvidos e de outras fontes alternativas de investimentos (não especificadas) e do setor privado.

3. *Road Map*

Existem ainda dissonâncias a respeito dos termos do novo acordo quanto à obrigatoriedade (como pleiteava a UE) e as obrigações dos países (se os em desenvolvimento terão menos obrigações em comparação aos desenvolvidos).

O Brasil defende que se aguarde o relatório do IPCC, em 2014, que mostrará como as ações para conter o aquecimento global estão funcionando, e se há necessidade de medidas complementares, com a definição das obrigações de cada país, baseado na ciência.

Os trabalhos estão previstos para iniciar no segundo semestre de 2012, com a sua conclusão no mais tardar em 2015. Foi fechado um *road map* com datas e o consenso dos maiores emissores. O ponto fraco consiste no fato de se esperar até 2020 para se firmar um acordo robusto global vinculante pós-2012. ■

Depoimentos

"A Plataforma de Durban desbasta a barreira que existia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento." Todd Stern (Negociador-chefe americano)

"Temos um resultado robusto, com um texto excelente sobre uma nova fase na luta internacional contra as mudanças climáticas." Luiz Alberto Figueiredo (Negociador-chefe brasileiro)

"Tivemos discussões muito intensas e não estamos felizes com as mudanças nos textos, que acreditamos serem injustos para os países mais pobres." Jayanthi Natarajan (Ministra do Ambiente da Índia)

"Essa plataforma tem uma chance real de se tornar uma conquista ainda maior que o Mandato de Berlim.", em referência ao processo legal que deu origem a Kyoto. Connie Hedegaard (Comissária europeia do Clima)

"Temos que crescer, lutar contra as consequências da mudança climática. Somos países em desenvolvimento." Xie Zhenhua (Porta-voz da delegação chinesa)

"As decisões que vocês tomaram aqui são verdadeiramente históricas." Maite Mashabane (Chanceler sul-africana, presidente da COP-17)

"Não estamos completamente satisfeitos com o resultado e a sua falta de equilíbrio, mas consideramos que foi um passo na direção certa." Tosi Mpanu-Mpanu (Líder do Grupo da África)

"A COP-17 terminou de forma ambígua, com um lado positivo: todos adotarão metas obrigatórias, e outro negativo: levará quase dez anos para que isso aconteça." Christiana Figueres (Secretária-executiva da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – UNFCCC)

"Foi um desfecho histórico para o encontro." Izabella Teixeira (Ministra brasileira do Meio Ambiente)

Reforma da Política Agrícola Comum Europeia

Redução ou manutenção de subsídios?

Camila Dias de Sá[1]
Matheus Kfouri Marino[2]
Fabio Matuoka Mizumoto[2]

NO DIA 12 de outubro, a União Europeia (UE) anunciou a nova proposta de orçamento para os subsídios que são pagos aos produtores rurais do bloco. O documento propõe a distribuição de 500 bilhões de euros (cerca de R$ 1,3 trilhão) aos fazendeiros até 2020.

Contradizendo expectativas de que seriam anunciados cortes na Política Agrícola Comum (PAC) Europeia, expectativas essas sustentadas pelos altos patamares atuais dos preços dos alimentos que ameaçam especialmente as nações menos desenvolvidas, o novo documento não trouxe boas notícias. Ao que tudo indica, a UE acabou cedendo às pressões dos governos nacionais que eram contra alterações na distribuição dos recursos. A proposta não foi bem recebida pelo Brasil, assim como pela ONU.

O documento apresentado refere-se ao orçamento do órgão para o período de 2014 a 2020. Na página oficial da Comissão Europeia (CE, braço executivo da União Europeia) o anúncio do "projeto de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) após 2013" define a nova política como "mais justa, mais verde, mais eficiente".

Sob um contexto de crise que atinge importantes países do bloco, a Comissão Europeia divulgou que o objetivo da reforma proposta é reforçar a competitividade, a sustentabilidade e o enraizamento da agricultura de maneira a garantir aos cidadãos europeus uma alimentação sau-

Os dez pontos da PAC Europeia

A proposta de orçamento da Política Agrícola Comum Europeia possui dez pontos-chave:

1. Suporte equitativo à renda dos agricultores a fim de estimular crescimento e emprego: o apoio à renda (subsídio) englobará apenas os produtores rurais ativos, por meio de pagamentos diretos, e deverá respeitar o teto de 300 mil euros por ano por propriedade, considerando o número de empregos criados.

2. Instrumentos de gerenciamento de crise: criação de instrumentos mais eficazes e reativos para superar os novos desafios econômicos dos setores mais expostos às crises (armazenagem privada e intervenção pública) e incentivos à criação de seguros e de fundos mutualistas.

3. Pagamento "ecológico" para preservar a produtividade no longo prazo e os ecossistemas: direcionamento de 30% dos pagamentos diretos às práticas ecologicamente corretas como: diversificação de culturas, manutenção das pastagens permanentes e preservação de reservas.

4. Investimentos adicionais em pesquisa e inovação: duplicação dos fundos destinados a P&D com o intuito de alinhar as pesquisas com as necessidades dos agricultores e de acelerar a transferência de conhecimento.

5. Cadeia alimentar mais competitiva e mais equilibrada: apoio às associações de produtores e facilitação do acesso dos mesmos aos mercados, evitando a ação dos intermediários.

6. Incentivo às iniciativas agroambientais: propõe que a preservação e reabilitação dos ecossistemas e a luta contra as mudanças climáticas, bem como a utilização eficaz dos recursos naturais, sejam duas das seis prioridades da política de desenvolvimento rural.

7. Atração de jovens agricultores: apoio à nova geração de ingressantes com menos de 40 anos, por meio de subsídios específicos durante os primeiros cincos anos da atividade.

8. Estímulo ao emprego rural e ao empreendedorismo: medidas como a disponibilização de um "pacote de começo" de até 70 mil euros durante os primeiros cinco anos do negócio.

9. Cuidado com áreas mais frágeis: subsídios adicionais para agricultores localizados em regiões mais frágeis, como aquelas em processo de desertificação, por exemplo.

10. Uma PAC mais simples e mais eficaz: simplificação dos mecanismos administrativos. Por exemplo, apoio aos pequenos agricultores por meio do pagamento de montante fixo de 500 a 1.000 euros por propriedade por ano e facilitação da cedência de terras dos pequenos agricultores, que cessam a atividade, para outros que pretendam reestruturar o seu negócio.



SXC.HU

dável e de qualidade, preservar o ambiente e desenvolver as regiões rurais.

Pelo documento atual, a principal bandeira da proposta de reforma da PAC são os pagamentos diretos associados às questões ambientais, ou seja, a CE invocou o mote da conservação ambiental para justificar a necessidade de pagamentos diretos aos agricultores. Anteriormente, tais pagamentos eram justificados como "apoio à renda dos agricultores". Cerca de 70% do orçamento previsto da PAC até 2020 deverão ser despendidos nesta modalidade de subsídio.

O orçamento total da PAC representa pouco mais de 40% do orçamento de toda a UE, número este que tem sido questionado pela população em geral, já que é destinado para menos de 5% de toda a população do bloco, que são os produtores rurais. Além disso, segundo estimativas, os subsídios representam cerca de um terço da renda dos agricultores europeus. No panorama da atual crise econômica que acirra a disputa por recursos governamentais, algumas atividades críticas, como previdência social, saúde, educação e segurança, poderão ser impactadas com a manutenção do orçamento agrícola da UE. Assim, ao manter os subsídios elevados, a proposta gerou descontentamento nos mais diversos grupos de interesse, inclusive naqueles grupos diretamente ligados ao tema da PAC Europeia, que mesmo com a manutenção dos recursos também manifestaram desagrado.

Os ambientalistas queixaram-se que os incentivos não são suficientes. Outros consideraram a proposta um disparate ao passo que exige que 7% das terras de cada propriedade devem ser mantidos para fins ecológicos em um momento de escassez de alimentos e energia. Grupos preocupados com a competitividade do setor agrícola europeu afirmaram que faltou ênfase em mecanismos que contribuam para o aumento efetivo da produtividade das culturas. Muitos afirmaram que, apesar do compromisso em subsidiar apenas produtores ativos, a definição do conceito, na prática, deve permitir que agricultores cujas receitas da atividade não agrícola representam 95% do seu rendimento anual ainda recebam recursos financeiros.

Historicamente, os setores do agronegócio brasileiro mais prejudicados com os pesados subsídios europeus são os produtores de açúcar, uma vez que a UE é a maior produtora mundial de açúcar de beterraba, e os mecanismos contidos na PAC provocam uma alteração superficial de preços no mercado internacional, prejudicando o açúcar nacional. O setor de carnes brasileiro também sempre foi muito prejudicado pelas barreiras não tarifárias como as barreiras sanitárias.

Embora a proposta de reforma da PAC não tenha sido bem recebida no Brasil, em virtude da manutenção do elevado montante de recursos financeiros que será destinado até 2020 para os fazendeiros europeus, há no projeto um sinal de que as coisas podem começar a mudar, ao menos para o setor sucroalcooleiro. O projeto de reforma anunciado contempla o fim do regime de quotas no açúcar. Tal regime que define limites de produção nacional e preços mínimos deve terminar até setembro de 2015, acompanhado por reduções nas tarifas de importação.

A mudança proposta não foi bem recebida pela Associação Europeia dos Fabricantes de Açúcar (Cefs) que argumentou que a justificativa para a abolição do sistema de quotas "inclui inconsistências, tais como o aumento previsto na produção europeia, enquanto na realidade a produtividade da beterraba e os preços do açúcar devem diminuir". Já a Associação de Usuários de Açúcar (Cius) afirmou que a abolição das quotas deve estimular a concorrência no mercado e ajudá-los a superar as "dificuldades de abastecimento".

A proposta de reforma, que em grande parte atrapalha o desenvolvimento dos países naturalmente competitivos na produção de alimentos, segue na sequência para debate no Parlamento Europeu. A aprovação está prevista para o fim de 2013 para entrada em vigor a partir de janeiro de 2014. Na ocasião em que a população mundial chega aos sete bilhões de habitantes e estima-se que será necessário um aumento entre 70% e 100% na produção de alimentos até 2050 para alimentar este contingente, espera-se que os envolvidos com a aprovação da reforma ainda possam refletir sobre o seu conteúdo. ■

1. Pesquisadora da Uni.Business Estratégia
2. Professores da FGV-EESP e coordenadores da pós-graduação em agronegócio da FGV


agência3
NO MUNDO DOS NEGÓCIOS,
CONTAR COM O CONHECIMENTO
DA FGV PROJETOS
É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.
FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.
Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getulio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.
www.fgv.br/fgvprojetos
FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS
Mais conteúdo,
melhores soluções.

UNIÃO PARA CRESCER



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Em 2012, o mundo vai ser mais cooperativo

Setor se mobiliza para sensibilizar a sociedade dos benefícios do cooperativismo



Nos próximos 12 meses, o cooperativismo estará na pauta mundial. Os olhares estarão voltados para essa alternativa socioeconômica que se sustenta na união e na valorização do capital humano. Um bilhão de cooperativistas de 100 países diferentes vão comemorar 2012, o Ano Internacional das Cooperativas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para ressaltar o papel que o segmento tem na geração de trabalho e renda e, consequentemente, na redução da pobreza.

Para o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, que representa oficialmente o setor no Brasil, o tema Cooperativas constroem um mundo melhor, escolhido pela ONU, reforça essa função social. "Com um mercado restritivo, as cooperativas se apresentam como um caminho para o empreendedorismo, conscientizando as pessoas para a força do trabalho conjunto", disse.

Originário de Rochdale, na Inglaterra, o movimento cooperativista surgiu em 1848 e, mesmo jovem, já responde mundialmente pela geração de 100 milhões de empregos diretos. No Brasil, mobiliza 30 milhões de pessoas – nove milhões de associados e suas famílias, além de 300 mil empregados. Hoje, as 6.652 cooperativas brasileiras atuam em 13 ramos de atividades econômicas distintos.

Segundo Freitas, o principal objetivo em 2012 é mostrar à população a importância das cooperativas. "Queremos mostrar que o alimento que chega às mesas e os serviços financeiros ou de transporte podem vir de uma organização cooperativa. Da mesma maneira, o atendimento prestado por um profissional de saúde, entre tantos outros setores nos quais atuamos. Enfim, a ideia é sensibilizar a sociedade a fazer parte desse movimento", afirmou.

Gestão participativa – Além das ações realizadas em conjunto com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), o setor contará com o apoio dos governos federal e dos estaduais para disseminar os benefícios do cooperativismo. "Ao declarar 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, a ONU também pretendia chamar a atenção dos governantes para o trabalho desenvolvido pelo segmento. Vamos aproveitar o momento para divulgar, em todos os cantos do mundo, de que forma contribuímos para o desenvolvimento global, por meio da prática dos valores e princípios cooperativistas", explicou o presidente do Sistema OCB.

A tendência, de acordo com o executivo, é de aumentar, gradativamente, o número de cooperados. Freitas informou que, no processo, podem surgir novas cooperativas ou haver a expansão das que já existem. O setor tem investido em fusão ou incorporação de organizações para o ganho de escala no mercado. "Defendemos um modelo de negócios, e os resultados são compensadores", acrescentou.

2012 Ano Internacional das Cooperativas

Fique por dentro

O primeiro anúncio sobre o Ano Internacional das Cooperativas ocorreu em dezembro de 2009, com a aprovação da Resolução 64/136 da ONU. Já o lançamento oficial foi realizado em 31 de outubro de 2011, em Nova York, nos Estados Unidos.

Saiba mais: Anos internacionais são declarados pela ONU para chamar a atenção do Poder Público e de outros atores sociais sobre temas considerados importantes, cujos benefícios se refletem mundialmente.

Cooperativas apostam em crescimento

Com pouco mais de 100 anos, o cooperativismo brasileiro já se consolidou como setor importante na economia do País. No campo, 1.548 cooperativas contribuem diretamente para a produção de alimentos e garantem o abastecimento interno. Segundo informações do último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2006, praticamente 50% de tudo que é produzido no Brasil passa por um indivíduo associado a uma cooperativa.

"Nos últimos 40 anos, o desenvolvimento do setor foi ainda mais acentuado, o que lhe garantiu maior relevância, tanto econômica quanto socialmente. Nossas cooperativas estão aproveitando as oportunidades que o cenário econômico oferece, figu-

rando entre as grandes experiências realizadas no mundo. Entre os países da América Latina, por exemplo, o cooperativismo do Brasil é o que mais se destaca", disse o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Para Freitas, a evolução é consequência de um olhar atento do movimento à profissionalização da gestão. "Temos trabalhado fortemente para oferecer produtos e serviços com qualidade crescente, que se tornem referência nos mercados interno e externo. E isso realmente tem ocorrido. A intenção é aumentar ainda mais os percentuais de participação", revela. Tendo em vista o desempenho no decorrer de 2011, a expectativa é contabilizar mais de R$ 100 bilhões em movimentação econômico-financeira.

Hoje, as cooperativas atuam em 13 setores distintos, no campo e nas cidades. Alguns, mais tradicionais, já se firmaram, como o agropecuário. Além da participação na economia nacional, o setor também repassa seus produtos a outros países. Os indicadores revelam que os negócios foram intensificados com o tempo e tendem a crescer ainda mais. Só nos primeiros 11 meses de 2011, o cooperativismo contabilizou US$ 5,5 bilhões em exportações, US$ 1,1 bilhão a mais que o total registrado no ano anterior, US$ 4,4 bilhões.

A expectativa é ampliar a atuação, que deve ser intensificada com a comemoração do Ano Internacional. "Será, com certeza, um momento oportuno, mas o crescimento mais forte virá com o tempo, a partir de um amadurecimento natural", comenta o superintendente da OCB, Renato Nobile. Para isso, o segmento conta com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), o S do cooperativismo, que desenvolve ações voltadas à formação, monitoramento e promoção social.

O crescimento das cooperativas também está extremamente ligado à evolução da sociedade. "As pessoas precisam desenvolver mais a cultura da organização social. Esse é um processo que vai refletir em melhores empresas e, logicamente, melhores cooperativas. Para acelerar essa trajetória, também precisamos trabalhar com mais ênfase a educação cooperativa, visando disseminar os conceitos e os princípios do cooperativismo a mais pessoas. Ao mesmo tempo, temos de investir na boa governança, visando à transparência e à segurança, além de seguir bons modelos de gestão profissional", disse o superintendente do Sescoop, Luís Tadeu Prudente Santos.

Segundo Freitas, um ponto não pode ser esquecido: a cooperativa é, acima de tudo, um negócio e, portanto, deve ser gerida com profissionalismo e competência. "Estou certo de que esse é o caminho para potencializarmos o movimento cooperativista, tornando-o mais competitivo, ágil e moderno."



DIVULGAÇÃO/COAMO

Crédito rural às cooperativas

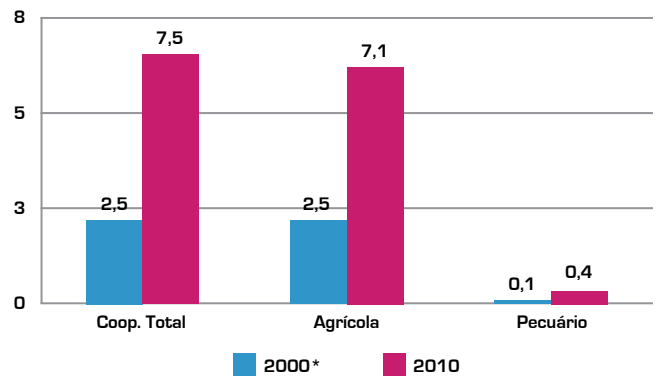
Paulo César Dias do Nascimento Júnior[1]
Gregory Honczar[2]
José Aparecido Bernardo[3]

As cooperativas agropecuárias desempenham um importante papel econômico e social no País. Em muitas regiões, elas representam uma das poucas possibilidades de agregação de valor à produção rural, bem como da inserção de pequenos e médios produtores em mercados concentrados. Isso evidencia os diferenciais competitivos da prática cooperativista, de fortalecimento pela união e integração.

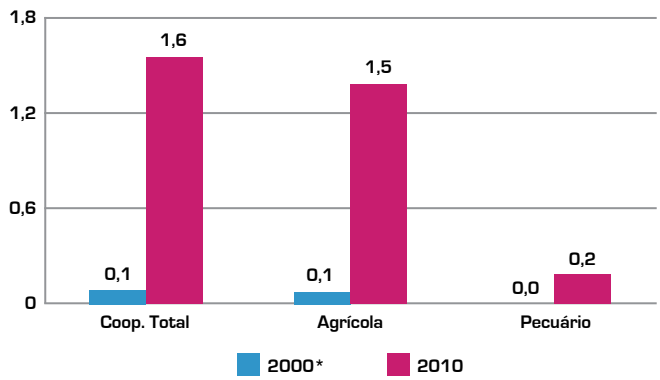
Assim como exposto por Braga e Ferreira (2004), são diversos os benefícios das sociedades cooperativas, entre os quais se destaca a integração vertical, que promove diminuição dos custos, consequência de seu maior poder de negociação na aquisição de produtos. Naturalmente, as cooperativas geram ganhos de eficiência por sua capacidade coordenadora, com economias de escala e redução dos riscos em ações conjuntas, comuns a esse tipo de empreendimento.

Com isso, o segmento tem conquistado uma participação realmente expressiva na economia brasileira, despertando o empreendedorismo no homem do campo. Hoje, praticamente 50% da produção de grãos nacional passa de alguma maneira por uma cooperativa, segundo o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006. Mas esse foi um processo evolutivo. As alterações no ambiente político e econômico brasileiro, a partir da década de 80, pressionaram o setor a se ajustar no intuito de ampliar ou, pelo menos, manter sua representatividade no mercado. Nesse cenário, muitas instituições se endividaram, entraram em insolvência ou perderam espaço. Outras, porém, se modernizaram administrativamente e sobressaíram competitivamente, com a preservação de sua identidade cooperativa.

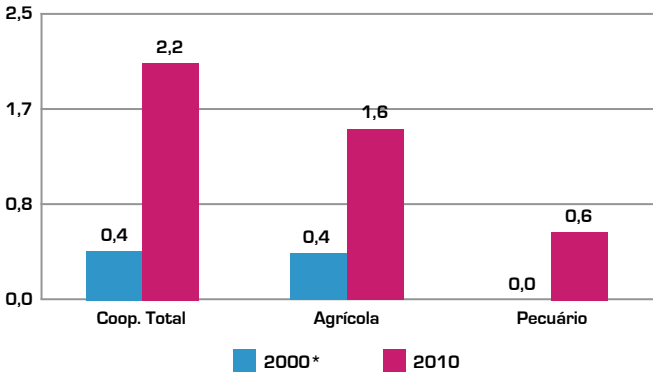
Brasil: crédito de custeio das cooperativas agropecuárias (R$ bilhões)



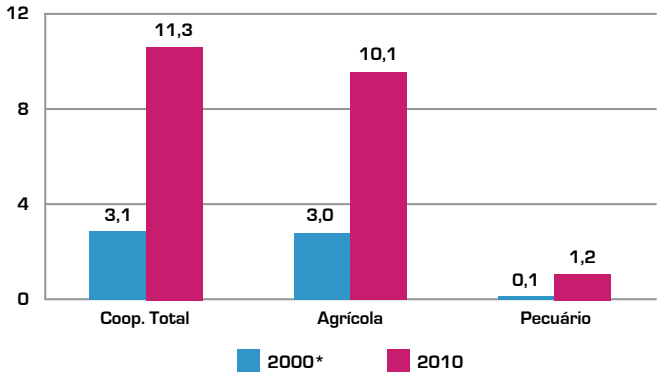
Brasil: crédito de investimento das cooperativas agropecuárias (R$ bilhões)



Brasil: crédito de comercialização das cooperativas agropecuárias (R$ bilhões)



Brasil: crédito rural total das cooperativas agropecuárias (R$ bilhões)



* Valores de 2000 deflacionados pelo IGP-M, para 2010.
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central – 2010. Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Associado a esse movimento, há um fator que deve ser ressaltado: o crédito rural ofertado por instituições financeiras, com condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR). Sem dúvida alguma, nesse sentido, o MCR pode ser definido como um forte aparato legal e de procedimentos, com normas específicas aplicadas às cooperativas agropecuárias (MCR 3, 4, 5 e 13) para o exercício e desenvolvimento de suas atividades estatutárias e a consolidação de sua estrutura patrimonial. Ali estão explicitadas regras para aplicações destinadas ao custeio, investimento ou comercialização, como atividades próprias, além do suprimento de recursos para atendimento aos cooperados, integralização de cotas-partes, antecipação de valores da taxa de retenção e repasse ao quadro social.

Trata-se de um mecanismo criado para viabilizar a produção agropecuária brasileira e, consequentemente, a renda dos agricultores e pecuaristas. Portanto, o crescimento dos volumes de recursos contratados do crédito rural indica maior utilização dessa política pública. E os resultados são bastante significativos, nas diferentes modalidades, passando de R$ 31 bilhões em 2000 para R$ 82 bilhões em 2010. Os aumentos são ainda mais expressivos quando comparadas as variações absolutas, de forma a isolar os valores destinados aos produtores rurais e às cooperativas. As contratações de custeio pelo segmento cooperativo, por exemplo, atingiram crescimento de 194% no mesmo período. Para investimento, foi registrada expansão de 1.718% e 389% no tocante à comercialização.

De forma a visualizar esses aumentos, retrata-se na Tabela 01 os valores concedidos a cooperativas e a evolução na participação relativa das contratações sobre os totais aplicados nas modalidades do crédito rural.

No custeio agrícola, em 2000, a participação das cooperativas atingiu 12,2% do total das aplicações. Em 2010, chegou a 15,5%. A modalidade investimento agrícola cresceu de forma exponencial. O movimento respondia por 1,4% das contratações, e passou para 7,0%. Tais acréscimos podem ser facilmente explicados com a consolidação do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), pela Resolução CMN 2.987/2002, com o objetivo de incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

As aplicações em comercialização agrícola também cresceram expressivamente, de 7,6% em 2000 para 12,6% em 2010, favorecidas especialmente pelas mudanças fundamentais da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) em 1996. É nesse período que se inicia a prática dos novos instrumentos de apoio à venda das safras, como o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP),* Valor de Escoamento do Produto (VEP) e o Contrato de Opção de Venda de Produtos Agropecuários.

Ao mesmo tempo, em função do endividamento decorrente de períodos anteriores, o setor produtivo também passava por dificuldade de acesso ao crédito. No sentido de minimizar a situação, após vários anos de debate, o governo lançou medidas como o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), securitização, alongamentos e reescalonamentos, que se seguiram nos anos seguintes. No entanto, ao editar a Resolução 2.682/99, determinando a classificação de risco e provisão de crédito em função do grau de endividamento do produtor, levou os agentes financeiros a se afastarem do financiamento direto, tendo em vista a possibilidade do risco e compulsório.

Em virtude disso, para não causar um colapso no sistema, as cooperativas passam a financiar seus cooperados, assumindo assim grande parte dos riscos. Muitas, em decorrência disso, elevaram seu endividamento, comprometendo sua capacidade

Brasil: Financiamentos concedidos a produtores rurais e cooperativas

Item	Unid.	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Produtores rurais e cooperativas	Valor (R$ bi)	31,5	82,1	20,4	45,8	5,3	20,9	5,8	12,3
Produtores rurais		28,5	70,8	17,9	38,3	5,2	19,3	5,3	10,1
Cooperativas		3,1	11,3	2,5	7,5	0,1	1,6	0,5	2,2
Agrícola		3,0	10,1	2,4	7,1	0,1	1,4	0,5	1,6
Pecuária		0,1	1,2	0,1	0,4	0,0	0,2	0,0	0,6
Produtores rurais e cooperativas	Participação (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtores rurais		90,2	86,2	87,5	83,6	98,3	92,1	92,3	82,3
Cooperativas		9,8	13,8	12,5	16,4	1,7	7,9	7,7	17,7
Agrícola		9,5	12,3	12,2	15,4	1,4	7,0	7,5	12,6
Pecuária		0,3	1,5	0,3	0,8	0,3	0,9	0,2	5,1

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central – 2000 e 2010
Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

de geração de resultados, tendo de recorrer, tempos mais adiante, aos programas de saneamento criados especificamente para o segmento.

Com a crise vivenciada em 2008 e 2009, os agentes adotaram critérios ainda mais rígidos na concessão dos empréstimos, evitando, mais uma vez, o financiamento direto ao associado e focando, consequentemente, no crédito direto à organização cooperativa. Muitas instituições financeiras intensificaram a oferta de financiamentos para a comercialização de menor risco (produto em depósito nos armazéns das cooperativas), justificando parte da elevação desse tipo de crédito às cooperativas.

Novamente, dessa vez em decorrência do cenário de seletização do crédito, as cooperativas ocuparam maior espaço no panorama do crédito rural. Outras questões também influenciaram nos percentuais registrados, como o crescimento da economia, a industrialização e a verticalização das organizações, o alto valor agregado gerado e ainda a disponibilização de novas linhas específicas para a atividade, demandando necessidades cada vez maiores de crédito.

Diante do exposto, fica evidente que a consolidação de estratégias produtivas das cooperativas caminha ao encontro do compromisso com os princípios de governança corporativa, profissionalização da gestão, investimentos permanentes em educação cooperativista, formação de redes negociais estruturadas por meio da intercooperação e responsabilidade social. É claro que nem todas as instituições do movimento se ajustam rapidamente ao modelo, estando, portanto, classificadas com maior nível de exposição ao risco financeiro. Nesse caso, estudos apontam a construção de um fundo garantidor que permitirá uma oxigenação mínima para que consigam reestruturar suas finanças, ampliando horizontes e conquistando novos mercados.

Conclui-se, então, que, independentemente do modelo de crédito imposto pelo governo e sistema financeiro para o setor agropecuário, as cooperativas continuam a estruturar-se desenvolvendo um papel muito relevante no cenário econômico, social e político. Além de congregar e estimular os produtores ao desenvolvimento, geram competitividade e rentabilidade aos seus associados, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, econômica e social dos cooperados.

* O PEP e VEP foram criados para viabilizar a transferência da produção de regiões com excesso para regiões com déficit em oferta de produtos agrícolas.

1. Analista de Ramos e Mercados da OCB
2. Gerente de Ramos e Mercados da OCB
3. Gerente de Crédito da Coamo Cooperativa Agroindustrial



DIVULGAÇÃO/INTEGRADA

Em busca de novos mercados

Gustavo Beduschi[1]
Gregory Honczar[2]

O setor lácteo nacional tem trabalhado em busca de novos mercados. Atualmente, o Brasil é o 6º produtor mundial de leite, considerando a União Europeia (UE) como bloco econômico. Ainda assim, e a despeito do expressivo crescimento de 112% da produção no País observado nos últimos 20 anos, chegando a 30,7 bilhões de litros em 2010, o segmento tem grande potencial de expansão.

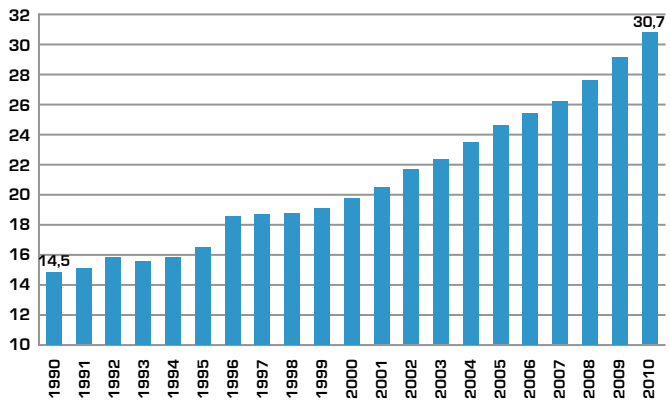
Alguns fatores importantes contribuíram para esse aumento. Primeiramente, no início dos anos 1990, o setor deixou de ser regulado pelo governo federal. Com isso, foram interrompidas as políticas de tabelamento, que ditavam não somente os preços praticados no varejo e atacado mas também a remuneração do produtor.

O segundo fato ocorreu praticamente dez anos depois, em 2002, quando o Brasil entrou com uma medida *antidumping* contra a UE e Nova Zelândia. Evidências apontavam práticas desleais de comércio dos mesmos na exportação de leite em pó ao mercado brasileiro.

A intensidade dos efeitos desses fatores no comportamento da produção nacional pode ser comprovada pelo incremento médio gradual – de apenas 3 % na década de 1980 para 3,6% na década seguinte, atingindo, a partir de 2000, 5,5% ao ano, até 2010.

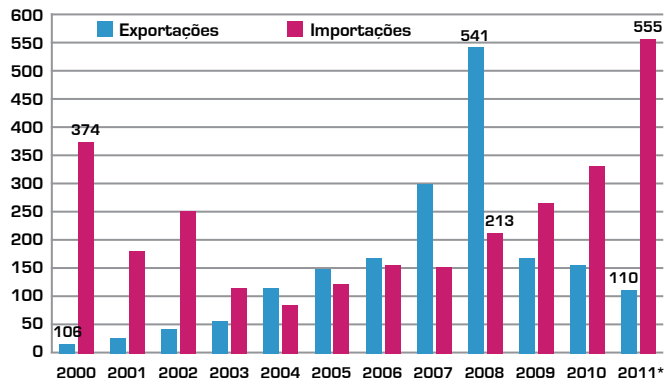
A nova conjuntura produtiva, em consonância com o crescimento do consumo interno relativamente inferior à produção, permitiu a formação de excedentes exportáveis. Como resultado, o setor lácteo conseguiu obter em 2004, pela primeira vez na história, saldo positivo na balança comercial desses produtos. Naquele ano, foram exportados US$ 113 milhões, gerando um saldo comercial positivo em US$ 29 milhões.

Brasil: produção de leite *in natura* (bilhões de litros)



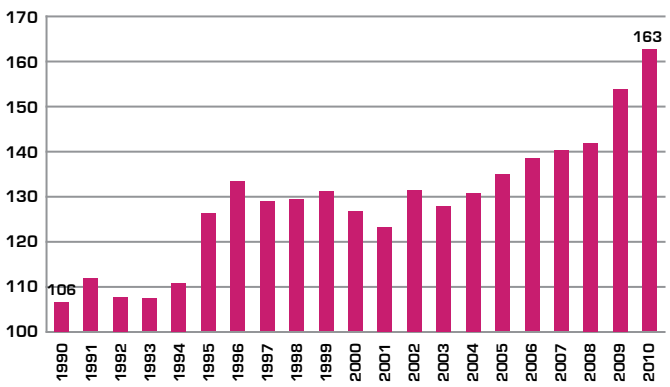
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE
Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Brasil: comércio internacional de lácteos (US$ milhões)



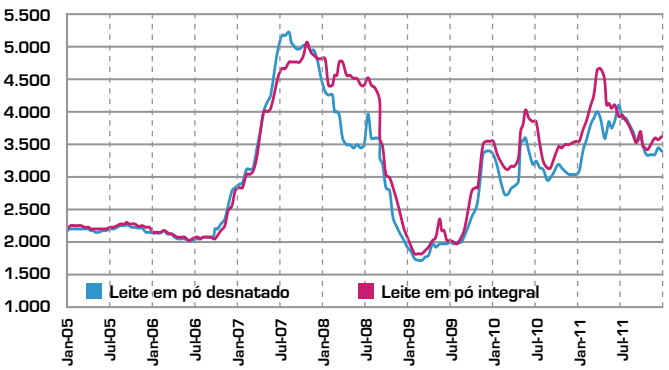
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
* Janeiro a novembro. NCM's 0402/0403/0404/0405/0406/1901.10.10/1901.90.20

Brasil: consumo aparente de leite (litros por habitante)*



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
* Volume em equivalente litros de leite

Oceania: preços médios do leite em pó integral e desnatado (US$/tonelada)*



Fonte: Dairy Market News Weekly Printed Reports do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Elaboração: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
* A Oceania é o mercado referência para o mercado internacional de leite em pó

A partir de outubro de 2006, além dos fatores internos, o mercado internacional também colaborou com os resultados comerciais. Os preços internacionais das *commodities* lácteas, principalmente do leite em pó, iniciaram movimentos de forte alta, propiciando oportunidades às empresas nacionais.

Esse aumento pode ser justificado por questões conjunturais, como desvalorização do dólar americano, menores estoques registrados, tanto para a UE como para os Estados Unidos, e diminuição da oferta em importantes países fornecedores, como Austrália – em função da seca – e Argentina – pelo excesso de chuvas.

Como resultado, o preço do leite em pó integral europeu passou dos US$ 2.000/t, referencial histórico até aquele momento, para US$ 5.600/t em setembro de 2007. Uma valorização de 180% num período de praticamente um ano. Esse cenário favorável se manteve até o fim do primeiro semestre de 2008, antes do início da crise internacional. Os preços em julho daquele ano estavam na casa dos US$ 4.500/t.

Dessa forma, em 2008 foram observadas exportações recordes, no montante de US$ 541 milhões, proporcionando um superávit comercial de US$ 328 milhões.

Nos anos seguintes, o ambiente internacional, com o agravamento da crise americana e, posteriormente, o início da europeia, trouxe reflexos negativos para o segmento de lácteos. O primeiro foi a redução das compras externas e, consequentemente, dos preços das *commodities*, afetando também o mercado de leite em pó. Em fevereiro de 2009, o leite em pó integral europeu recuou para pouco mais de US$ 2.100/t, uma desvalorização de 62,5%.

Diante desse cenário, o movimento cooperativista, conhecedor das forças e das fraquezas do setor lácteo nacional, foi levado a tomar uma atitude e se posicionar. Aliaram-se, portanto, as dificuldades vivenciadas à oportunidade de desenvolver ações de fomento a vendas externas do mercado lácteo. Como consequência, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), foi criado o Projeto Setorial (PS), já realizado para outras cadeias agropecuárias, como bovinos e aves.

A iniciativa conta com o apoio de outro ator importante, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um diferencial no comparativo a outros programas. Com isso, as ações de promoção à exportação ficarão a cargo da Apex, enquanto o MDA se dedicará às atividades para aumento de competitividade da produção nacional.

O primeiro passo já foi dado, a definição do Planejamento Estratégico Setorial (PES), no qual são apontados gargalos e oportunidades, como também pontos fortes e fracos. A ideia é intensificar o processo de exportação a mercados tradicionais e buscar novas oportunidades de negócio. E alguns destinos serão priorizados, como Angola, Argélia, Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque e Venezuela.

O objetivo é ampliar a participação da indústria nacional de laticínios no mercado internacional e discutir e buscar alternativas estratégicas para o aumento da competitividade e sustentabilidade do setor. Assim, cooperativas e empresas do segmento se unem para consolidar a imagem do Brasil como um dos maiores produtores mundiais de leite.

1. Analista de Ramos e Mercados da OCB
2. Gerente de Ramos e Mercados da OCB

Cooperativismo: um passo à frente na busca do desenvolvimento sustentável

Marco Olívio Morato[1]
Gregory Honczar[2]

Com a proximidade do século XXI, a humanidade passou a conviver com o crescente temor de uma crise social e ambiental. A preocupação com o esgotamento dos padrões modernos de produção e utilização dos recursos naturais levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a realizar ações visando encontrar alternativas racionais viáveis ao crescimento da sociedade. Surge, então, o conceito de desenvolvimento sustentável, integrante do documento intitulado *Our Common Future*.

Resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a publicação de 1987 ficou conhecida como *Relatório Brundtland*. Nela, a ideia foi definida como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

O conceito permeou toda a sociedade e, como reflexo, foi incorporado pelos principais pensadores, academia e governos. No Brasil, tornou-se um divisor de águas quando o Congresso Nacional passou a utilizá-lo em seu regramento maior, a Constituição Federal de 1988, claramente observado em seu art. 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

DIVULGAÇÃO/AGRÁRIA



Considerando que a pobreza e a baixa qualidade de vida também são resultados de desafios ambientais, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabeleceu algumas premissas para a promoção adequada do desenvolvimento. Participação da sociedade na tomada de decisões por processos democráticos e favorecimento do desenvolvimento em escala local estão entre elas.

Tais proposições foram ratificadas durante a Rio 92, conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, e reunidas na Agenda 21, um plano de ação abrangente em nível mundial. Neste, o meio ambiente é apontado como fator primordial para tomadas de decisões voltadas ao desenvolvimento, a fim de promover a proteção de ar, água, solo e biodiversidade. O fortalecimento de grupos estratégicos, como agricultores e comunidade científica, também foi apontado como essencial para a promoção da sustentabilidade.

Vinte anos depois, às vésperas da Rio+20, o desafio continua. As premissas estabelecidas no *Relatório Brundland* e na Agenda 21 parecem, para muitos, intangíveis. Nas últimas décadas, porém, há de se destacar os avanços no regime democrático e no conhecimento do impacto gerado por nossas atividades cotidianas, pontos fundamentais para se chegar ao grau de evolução pretendido.

É a partir desse conhecimento e de sua prática que o cooperativismo mostra sua força. Segundo dados gerados no escopo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o arranjo social voltado à otimização da renda de seus participantes tem, por sua doutrina e valores, um desempenho diferencial quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No Brasil, o IDH dos municípios onde as cooperativas estão presentes chega a média de 0,701, e nos demais locais não passa de 0,666, de acordo com levantamento do próprio programa, realizado em 2000.

Conhecedora do desafio de se alcançar o desenvolvimento sustentável e ciente do alinhamento do público ao qual representa, para as premissas da comissão, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está constantemente atenta e desenvolve ações nessa temática, gerando conhecimento e articulação. Assim, a entidade tem atuado em questões importantes como a definição de um novo Código Florestal, Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos (PNRS) e de Mudanças Climáticas (PMNC), Bolsa Verde, Plano Setorial da Agricultura de Baixo Carbono, Bioenergia e Recursos Hídricos.

Na redação do novo Código Florestal, por exemplo, o setor cooperativista foi uma das referências do Congresso Nacional, pelo esforço empreendido na construção de um texto conciliador, permitindo simultaneamente o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Para tanto, as cooperativas se pautaram em premissas como continuidade das atividades produtivas, inserção de conceitos de utilidade pública e interesse social na legislação, pagamentos por serviços ambientais e reciprocidade nas relações comerciais com outros países.

A PNRS também está entre os maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das grandes oportunidades para o segmento nos próximos anos. Vale ressaltar seu caráter gerador de ocupação e renda para os chamados catadores urbanos, o que pode ser organizado e potencializado pela formação de cooperativas.

Mas, ao mesmo tempo em que a humanidade se preocupa em reduzir a pobreza por meio do desenvolvimento econômico, o aquecimento global coloca em risco sua sustentabilidade. Essa situação impõe a necessidade de repensar hábitos de consumo. Por isso, o cooperativismo busca participar ativamente de fóruns importantes, como a COP-17 e Rio+20, visando contribuir para a realização de ações coerentes no longo prazo e para a geração de economia verde e mitigação do aquecimento global.

Nesse sentido, com comprometimento, o sistema cooperativista também colaborou para o aperfeiçoamento do Plano Setorial de Agricultura de Baixo Carbono, que visa reduzir em 38,2% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) brasileiras, compromisso assumido voluntariamente pelo País durante a COP-15, em Copenhague.

Dessa forma, o modelo cooperativista está presente de forma plena nas soluções para o desenvolvimento sustentável, conciliando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Seu objetivo maior é garantir a qualidade de vida e o bem-estar não somente de seus associados, mas de toda a sociedade.

1. Analista de Ramos e Mercados da OCB
2. Gerente de Ramos e Mercados da OCB

Identidade: aplicação da real doutrina cooperativista

Carla Bernardes de Souza Neri[1]
Gregory Honczar[2]

O cooperativismo tem desempenhado um importante papel na sociedade. A união de pessoas que realizam atividades homogêneas, sejam de compra ou venda comum de produtos e serviços, possibilita maior competitividade e renda ao grupo em relação ao indivíduo, pois promove maior equilíbrio às forças de mercado e, portanto, fortalece quem está organizado. Por sua natureza, figura como alternativa socioeconômica entre a empresa mercantilista, ligada ao capitalismo, e a opção socialista, já há muito perdendo força no planeta.

No Brasil, o segmento possui forte expressividade econômica e social, considerando sua proximidade e importância para mais de 30 milhões de pessoas. E ainda há potencial para crescimento se observarmos o desempenho desse tipo de organização em outros países. Para maximizar a sustentabilidade desse modelo, o sistema cooperativista entende que todas as iniciativas já estabelecidas, recentes e até as embrionárias, devem seguir estritamente a doutrina que fundamenta o relacionamento interpessoal, o funcionamento das estruturas organizacionais e as premissas norteadoras da democracia.

Nesse contexto, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) vem desenvolvendo o Programa Nacional de Conformidade Cooperativa (PNC), uma certificação de identidade com a intenção de dar destaque, além de um possível diferencial de mercado, às organizações que atendam aos critérios estabelecidos, demonstrando o verdadeiro comprometimento com os princípios e valores cooperativistas, além do respeito à legislação inerente ao negócio cooperativo vigente no País.

A determinação de requisitos mínimos tem uma dupla finalidade. Se, por um lado, atesta os aptos, por outro exerce um papel de indicar, aos inaptos, o correto caminho a ser trilhado, o ponto em que a organização deve chegar, conferindo plena transparência aos processos e valores que devem ser incorporados ao negócio.

Naturalmente, ações dessa natureza oferecem maior retorno relativo para aqueles que têm mais dificuldades de demonstrar, ao público em geral, aos seus clientes e às entidades de controle, sua real finalidade e estruturação. Assim, o PNC começa no cooperativismo de trabalho, que historicamente se defronta com a acusação de ser mera atividade de intermediação de mão de obra. Como a legislação trabalhista brasileira onera sobremaneira a folha de pagamento e o emprego informal é prática comum, o cooperativismo se estabelece como uma terceira via: menos onerosa, pois o cooperado é, ao mesmo tempo, dono do seu próprio negócio e fornecedor da mão de obra; e mais digno, uma vez que a condição de proprietário promove a possibilidade de negociar e estabelecer melhores condições de trabalho.



O PNC será, com certeza, um diferencial de mercado e garantia, principalmente do ponto de vista dos adquirentes de produtos e serviços das cooperativas, de acordo com o fortalecimento da tendência de vinculação de suas marcas com práticas sustentáveis, em termos sociais, econômicos e ambientais.

Para as cooperativas, a participação voluntária e o cumprimento de todas as etapas do processo resultarão na certificação de identidade, na certeza de que a estrutura interna está desenvolvida de acordo com o que foi originalmente proposto pelos seus sócios. Da mesma forma, irá expurgar do contexto cooperativo todos aqueles que desejam se aproveitar da imagem positiva e de alguns benefícios que não fariam jus como entidade empresária.

Esse processo já dá resultados ao ramo trabalho, certificando dez cooperativas, com a espera de quatro outras em busca do selo. Com essa etapa cumprida, nada mais natural que a iniciativa seja ampliada. Surge, então, a oportunidade de proporcionar o mesmo ambiente ao ramo agropecuário, agregando novos conceitos e valores a produtos, promovendo a finalidade social e resultados comerciais a serem compartilhados à verdadeira unidade de produção da cooperativa – o sócio e sua família.

1. Analista de Ramos e Mercados da OCB
2. Gerente de Ramos e Mercados da OCB

COMO O AGRONEGÓCIO ESTÁ SE PREPARANDO PARA A RIO+20?



ABIOVE

Agronegócio quer mostrar na Rio+20 agenda positiva em sustentabilidade

Cana, soja e pecuária foram os setores apresentados no Curso Abiove-Aprosoja, que reuniu 50 jornalistas, em novembro

Lideranças do agronegócio nacional pretendem se reunir, na semana da Rio+20, para preparar propostas e encaminhá-las aos negociadores brasileiros que se juntarão às demais delegações oficiais no Rio de Janeiro. Na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, 20 anos após a Rio-92, os líderes do agronegócio debaterão durante quatro dias alguns dos 25 temas listados como prioritários no documento brasileiro. Isso acontecerá antes da reunião oficial, de 20 a 22 de junho de 2012, da qual participarão até 193 países e milhares de representantes da sociedade internacional.

A disposição de influir efetivamente no debate foi anunciada por representantes de setores agrícolas nos dias 7 e 8 de novembro, no 1º Curso Abiove-Aprosoja para Jornalistas 'Como o agronegócio está se preparando para a Rio+20?', realizado em São Paulo com a participação de 50 profissionais que cobrem agricultura e sustentabilidade. "Temos de ser proativos e sair na frente. Não podemos perder esta oportunidade. O mundo todo estará aqui e vai ver o que estamos fazendo", afirmou Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). "A ideia é sensibilizar as cadeias produtivas da agroindústria nacional para montar uma agenda de ações positivas. O setor da soja tem parceria em projetos de sustentabilidade com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Eles convergem com os objetivos máximos da conferência", destacou.

Em sua apresentação aos jornalistas, no primeiro dia do curso, o presidente da Abiove referiu-se à evolução do setor agrícola, em matéria de sustentabilidade, nos últimos 20 anos. "Houve, nesse período, melhoria da governança e conscientização dos produtores rurais. O agronegócio foi questionado e passou a ser protagonista de várias ações de melhoria da sustentabilidade. Só na governança, podemos citar a criação do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e da Agência Nacional de Águas. Com isso, atualmente, contamos com o monitoramento por imagens de satélite em tempo real de desmatamentos e incêndios florestais, zoneamentos ecológicos econômicos estaduais e federais, além da criação de centenas de unidades de conservação. Grande avanço também se deu com a outorga do uso da água e de licenciamento ambiental. Tudo isso resultou numa queda abrupta da taxa de desmatamento no País."

"O País é precursor mundial na formulação de legislação ambiental, com a instituição do primeiro Código Florestal em 1934, que foi atualizado pela Lei 4.771 de 1965", destacou. "O Código Florestal Brasileiro é considerado o mais rigoroso e completo do mundo. Estabelece limites de uso da propriedade rural, a exemplo da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente. E define áreas de alto valor para a conservação", disse.

A propósito, Ricardo Arioli, diretor-executivo e responsável pela comissão de sustentabilidade da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), disse que gostaria de ver a criação de um código ambiental mundial. "Por que o Itamaraty não coloca isso como prioridade? Fica a sugestão para que o Brasil agende um painel para discutir um código mundial ambiental", sugeriu Arioli, aproveitando a presença da conselheira Cláudia de Borba Maciel, chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores. Se isso fosse instituído, haveria muita resistência, segundo Arioli. "A França não iria abrir mão de fabricar champanhe, nem a Holanda de produzir tulipa."



"O código ambiental mundial poderia ser um elemento negociador interessante", respondeu a conselheira Cláudia Maciel, "pena que o documento brasileiro já esteja fechado". Ela concorda com Lovatelli e Arioli: "Governo e sociedade têm um grande passo a dar. O Brasil deve

mostrar o seu exemplo de sustentabilidade na condição de um país em desenvolvimento".

Arioli disse que o Brasil "tem um potencial de expansão agrícola que ninguém tem e que o produtor brasileiro precisa ser remunerado" por preservar o meio ambiente. O engenheiro florestal e advogado Marcelo Schmid, diretor do Grupo Index Ambiental, explicou aos jornalistas o que é pagamento por serviços ambientais.

Schmid e outros 11 palestrantes, especialistas em sustentabilidade, Código Florestal, mudanças climáticas, barreiras comerciais relacionadas a questões ambientais, monitoramento e controle de desmatamento, e governança, garantiram o nível elevado do curso. (O acesso às apresentações pode ser obtido por meio do *link* www.abiove.org.br).



De acordo com a conselheira Cláudia Maciel, a Conferência não é sobre mudança do clima ou meio ambiente, mas sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável apoiado em três pilares – o econômico, o social e o ambiental. "A ideia é incorporar o econômico e o social ao meio ambiente", afirmou.

Um dos temas acordados pelas Nações Unidas para a Rio+20 é a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. No Brasil, a tradução tem sido "economia verde inclusiva" e governança do desenvolvimento sustentável. E com esse enfoque o País pretende também contribuir, como presidente da Conferência, para reduzir a resistência de alguns países em desenvolvimento quanto à possibilidade de serem geradas barreiras comerciais disfarçadas de preocupações ambientais. Também há preocupação com a imposição de requisitos ambientais para concessão de empréstimos preferenciais ou para orientar decisões de investimentos.

Além da economia verde, o outro tema oficial da Rio+20 é a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Qual organização mundial deveria abrigar esse assunto? O Brasil, interessado em reforçar o multilateralismo, gostaria que fossem as Nações Unidas. Há propostas de transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma organização internacional independente.

A proposta brasileira é fortalecer o Pnuma e introduzir contribuição financeira obrigatória para todos os países membros da ONU, já que atualmente as contribuições a esse organismo são voluntárias, e, com isso, os doadores acabam tendo mais influência que os demais países. Outro ponto em discussão é a criação de um mecanismo de coordenação nas Nações Unidas que englobe a participação do Banco Mundial e FMI. "A estratégia é negociar para que a Rio+20 lance um mecanismo de coordenação entre as agências que cobrem os três pilares da sustentabilidade", informou Cláudia Maciel.

No total, 25 temas foram levantados pela sociedade brasileira para a discussão durante a Rio+20. Entre outros, erradicação da pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, equidade, acesso a saúde e a trabalho decente, geração de emprego e responsabilidade social das empresas, educação, cultura, maior poder decisivo para as mulheres, papel do Estado, produção e consumo sustentáveis, acesso a energia, cidades e desenvolvimento urbano, promoção da inovação, agropecuária, financiamento para o desenvolvimento sustentável e combate à desertificação.

Preparativos

Para preparar a Rio+20, foi criada uma Comissão Nacional copresidida pelos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MMA e o Ministério da Fazenda são responsáveis por fazer consultas no âmbito dos três pilares.

O documento de contribuição brasileira à Rio+20 pode ser lido no *site*: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/rio20_propostabr_182.pdf.

Já o *site* da ONU – www.uncsd2012.org – mostra as contribuições de todos os países e da sociedade civil.

Mudanças climáticas

O Curso Abiove-Aprosoja para Jornalistas se desenvolveu em quatro blocos de temas: Agenda do Clima e Rio+20; Mudanças Climáticas e Rio+20; Governança e Sustentabilidade – conjuntura e desafios; Ações Estratégicas do Agronegócio.

Sobre mudanças climáticas falou o professor Carlos Clemente Cerri, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena), ligado à Esalq-USP, e ex-membro do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). A mudança do clima irá alterar a temperatura do planeta, a intensidade das chuvas e o nível dos mares. Impactos globais serão observados sobre a saúde humana, agricultura, florestas, disponibilidade de água doce, ambientes costeiros e biodiversidade. Se nada for feito, o aumento da temperatura média poderá ser de até cinco graus em 2050.

As principais fontes de emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa são as atividades industriais e a queima de combustíveis fósseis (66%), agricultura (20%) e mudanças no uso da terra (14%). Quanto a esta última fonte, o desflorestamento é o maior vetor. O especialista falou sobre a grande importância da conservação dos solos para mitigar os efeitos do aquecimento do planeta. De todo o carbono em estoque, 750 bilhões de toneladas estão na atmosfera, 500 bilhões, na vegetação, e dois trilhões, no solo.

O professor Cerri disse que "o mundo precisa mudar as práticas de manejo, evitar queimar resíduos, melhorar a fertilidade do solo, usar racionalmente a água e continuar as pesquisas científicas".

Pagamento por serviços ambientais

Pagamento por serviços ambientais foi o tema de Marcelo Schmid. "A grande consequência da ausência de valoração da floresta é o desmatamento. Por que vou manter a floresta se não me dão nada por isso? Temos um valor fabuloso na biodiversidade, estoque de carbono representado não só pelas árvores mas também pelo solo, pela beleza cênica, pelo desenvolvimento social, uso medicinal e cosmético, pela regulação do microclima, pelo regime hídrico... Quanto valem os serviços ambientais?"

"Quem é capaz de garantir a manutenção das florestas? O governo tem suas dificuldades. Quem deve receber por isso é quem promove a conservação", destacou Schmid. Para ele, quem vai pagar a conta é o mercado. "Precisamos transformar o mercado em um mecanismo patrocinador da conservação das florestas. Esse é o princípio do conservador beneficiário, o inverso do princípio do poluidor pagador."

Barreiras comerciais vinculadas à questão ambiental

As explicações sobre o assunto foram dadas pelo secretário-geral da Abiove, Fabio Trigueirinho. "Os aspectos ambientais são parte integrante da nova agenda comercial", disse. A falta de regras claras permite que barreiras sejam impostas sem critérios científicos. Entre as exigências governamentais, Trigueirinho mencionou a diretriz europeia sobre biocombustíveis.

Para vender seu biodiesel de soja aos europeus, o Brasil terá de demonstrar, caso a caso, que a redução da emissão de gases é superior a 35% numa primeira etapa. A partir de 2018, a redução terá de ser de 60%.

Os biocombustíveis implicam exigências de certificação privada que objetivam verificar se as normas nacionais são cumpridas. Entretanto, diferenças drásticas entre as legislações ambientais e sociais dos países levam a um desequilíbrio competitivo.

Monitoramento e identificação de desmatamento

O professor Bernardo Rudorff, pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentou os principais satélites em atividade no mundo e destacou os que são utilizados pelo Brasil. O principal projeto no monitoramento por satélite do desflorestamento da Amazônia é o Prodes, que começou em 1988. O Prodes calcula a taxa de desmatamento na Amazônia Legal entre 1° de agosto e 31 de julho e detecta desmatamentos do tipo corte raso superiores a 6,25 ha.

Já o projeto Deter, iniciado em 2004, visa detectar desmatamentos em tempo real. Identifica corte raso e degradação progressiva. O instrumento foi concebido para alertar a fiscalização. Detecta desmatamentos superiores a 25 ha e é mais eficiente a partir de 100 ha.

Ações de fiscalização e controle

"A Rio+20 será um momento oportuno para demonstrar que é possível reduzir o desmatamento e expandir a produção econômica. Esse é o recado que o Brasil vai dar." Assim, Mauro Pires, diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, começou sua apresentação. Ele discorreu sobre a situação do desmatamento e os resultados do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), instituído em 2003 e com atividade programada até 2015.

Principais resultados de 2004 a 2008: aprimoramento do Prodes e do Deter; fiscalização mais integrada e com operações em áreas prioritárias; participação do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, que resultou em apreensão expressiva de volume de madeira em tora e de equipamentos; combate à corrupção, com a prisão de mais de 600 pessoas que praticaram crime contra o meio ambiente e a ordem pública.

De acordo com Mauro Pires, houve uma tendência de reversão na taxa do desmatamento nos últimos anos. Ele mencionou

a importância dos Pactos Setoriais (Moratória da Soja; Madeira Legal – Caixa Econômica Federal e Pacto pela Valorização da Floresta); do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e do incremento nas áreas sob concessão florestal.

Legislação: Código Florestal e outros dispositivos

A advogada Samanta Pineda, consultora jurídica da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso Nacional, falou sobre o novo Código Florestal. Segundo ela, o novo marco regulatório ambiental prevê incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente. Sobre a Reserva Legal, disse que será permitido o cômputo das APPs, desde que não implique desmatamento; o proprietário deverá promover o cadastro da propriedade no órgão ambiental; não haverá mais averbação em cartório, pois esta será substituída pelo CAR.

Governança e sustentabilidade

André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), lembrou que os novos *drivers* que influenciam a produção, o processamento, a venda, a distribuição e o consumo são responsabilidade ambiental e social, e bem-estar animal. Nassar prevê que a governança em sustentabilidade irá para a esfera da Organização Mundial do Comércio (OMC) via painéis. Segundo especialistas, isso pode trazer ameaças e oportunidades.



Ações estratégicas do agronegócio – Cana

Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), afirmou que na entidade o tema sustentabilidade é dominante. O desafio do trabalho ambiental da Unica é mostrar a vantagem energética da cana em relação aos combustíveis fósseis. "No fundo, trata-se de um debate sobre clima. Todos os nossos programas têm essa vertente." Segundo Jank, a cana não vai se expandir como atividade primária de desmatamento. De fato, o setor já optou pelo desmatamento zero.

Os esforços na área de sustentabilidade renderam, em 2010, o que Jank chama de "passaporte" para entrar nos EUA. A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency - EPA) confirmou, em fevereiro de 2010, que o etanol de cana-de-açúcar é um biocombustível renovável de baixo carbono que pode contribuir de forma significativa para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. No entanto, "ainda não conseguimos o visto de entrada nos EUA", disse Jank, referindo-se aos obstáculos naquele mercado: subsídios agrícolas e elevada tarifa de importação.

Entre as ações realizadas pela indústria, o presidente da Unica citou o relatório de sustentabilidade seguindo o modelo da Global Reporting Initiative (GRI). Em consequência, cerca de 75 usinas já têm relatórios GRI, sendo que em 2008 eles inexistiam.

Ações estratégicas do agronegócio – Soja

A soja é a principal cultura agrícola do Brasil, em volume e geração de renda, com mais de 250 mil produtores rurais em 17 Estados, e contribui para a geração de aproximadamente 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. O País é o segundo maior produtor e exportador mundial, com 75 milhões de toneladas, lembrou Carlo Lovatelli, presidente da Abiove. O complexo soja é uma das principais fontes de divisas – 10% das exportações brasileiras – e é responsável por cerca de 1,8% do PIB do País.

Na agenda de sustentabilidade da cadeia da soja constam as seguintes iniciativas: Moratória da Soja; Programa de Incentivo ao Cadastro Ambiental Rural; Programa de Gestão Econômica, Ambiental e Social – Soja Plus; Pacto Nacional pela Erradicação das Condições Degradantes de Trabalho; Programa Nacional de Resíduos Sólidos – destinação adequada de embalagens e óleo comestível, e programas empresariais.

Lovatelli disse que sustentabilidade é uma nova exigência que se coloca para o agronegócio. A Abiove e a Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), diante de uma campanha realizada por ONGs ambientalistas sob o mote 'Comendo a Amazônia', destinada a barrar a comercialização da oleaginosa

brasileira na Europa, decidiram adotar uma política de desmatamento zero no Bioma Amazônia, batizada de Moratória da Soja. Iniciada em julho de 2006, a iniciativa tem sido renovada periodicamente. A última prorrogação se estenderá até janeiro de 2013.

Os objetivos da Moratória são: conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação do Bioma Amazônia; atender à demanda do mercado europeu e cuidar da boa imagem internacional do agronegócio soja.

O presidente da Abiove destacou os resultados do último monitoramento, que levou em conta 98% da soja produzida no Bioma Amazônia, ou seja, nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e do Pará. A área total desmatada do Bioma Amazônia nesses três Estados, no quadriênio 2007-2010, foi de três milhões de ha.

A partir da interpretação das imagens de satélites e da validação realizada por meio de fotografias aéreas, foi possível identificar a presença de soja em 12 mil hectares desflorestados após julho de 2006. Essa área corresponde a 0,39% do desmatamento ocorrido naquele período. "A soja não é um vetor relevante no desmatamento da Amazônia", concluiu Lovatelli.

Ricardo Arioli, diretor da Aprosoja, mencionou em sua apresentação o programa Soja Plus, que tem como organizadores a Abiove, a Anec, a Aprosoja e o Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares).

O Soja Plus, instituído em 2010, tem por objetivo mostrar aos produtores como fazer uma boa gestão das suas propriedades do ponto de vista trabalhista, de melhores práticas de produção, de viabilidade financeira, qualidade do produto e responsabilidade social.

Em 2011, cerca de 1.500 produtores de soja de Mato Grosso foram atendidos pelo Soja Plus. Em 2012, a ênfase será dada às melhores práticas de produção, planejamento de construções rurais e continuidade das ações de qualidade de vida no trabalho. A aprovação do novo Código Florestal permitirá desenvolver atividades para adequar a propriedade rural à nova legislação, o que proverá a almejada segurança jurídica.



SXC.HU

Além da importância econômica da soja, mencionada por Lovatelli, Arioli lembrou a contribuição social: há uma "forte relação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)". De fato, algumas cidades de Mato Grosso, produtoras de soja, ostentam índices elevados de IDH, como Lucas do Rio Verde, Sinop, Primavera do Leste e Sorriso.

Sobre a importância ambiental da soja, Ariolli acrescentou as práticas conservacionistas, como plantio direto, rotação de culturas, matas ciliares e Reserva Legal. O Brasil também é exemplo mundial em logística reversa, a exemplo do recolhimento de embalagens de defensivos, citou.

Ações estratégicas do agronegócio – Pecuária

O diretor-executivo e coordenador de sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Fernando Sampaio, falou da perspectiva de aumento da demanda mundial por carnes. Até 2020, a Ásia aumentará em 56% o consumo, a América Latina, em 18%, a América do Norte, 8%, e a Europa, 7%.

Sampaio lembrou que existe um estereótipo do Brasil como produtor de carne à custa do desmatamento da Amazônia. No entanto, "a pecuária tem cedido terra para a agricultura, e o desmatamento está cada vez mais concentrado em terras públicas". "A pecuária brasileira está cada vez mais confinada e, portanto, precisando de menos áreas para manter a mesma produtividade, o que reduz significativamente a pressão sobre as florestas", disse.

Para Sampaio, o *road map* para a sustentabilidade na pecuária passa por segurança jurídica, acesso a mercado e crédito, tecnologia, educação e informação. O setor assumiu compromissos importantes com o Ministério Público e assinou Termos de Ajuste de Conduta (TAC) nos Estados de Mato Grosso, do Pará e na Amazônia.

Ao final de sua palestra, o diretor da Abiec deixou as seguintes sugestões de pauta aos jornalistas:

- Como andam as regularizações fundiárias do Incra?
- Quanto do desmatamento vem de assentamentos rurais?
- Como andam os programas públicos de assistência e extensão rural?
- Quanto dinheiro do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) chegou a pecuaristas para reforma de pastagens?
- Quantos municípios dependem da atividade econômica relacionada à carne?
- Por que índios não podem cultivar a terra para geração de renda?

AD GALETO

CANAL RURAL

Seu mundo é cheio de notícias. E você não pode ficar por fora delas.

Acesse www.ruralbr.com.br e confira os melhores conteúdos e serviços do agronegócio.



Diário de bordo

Um fórum para avançar em P&D



Roberto Rodrigues*

EM NOVEMBRO passado, a OCDE, importante *think thank* bancado pelos 34 países mais ricos do mundo (o Brasil só participa como observador), deu início a um ciclo de debates sobre as principais agriculturas do planeta, convidando a Fundação Getulio Vargas para apresentar o agronegócio brasileiro. O simples fato de ser o Brasil o primeiro convidado deste ciclo (cujas reuniões só ocorrerão uma vez por semestre) já é indicador do quanto aquela reconhecida instituição respeita o nosso setor agropecuário.

O seminário teve uma apresentação sobre o cenário macroeconômico brasileiro; depois foi evidenciada a importância do agronegócio neste cenário, seja pela criação de empregos, seja pela sua participação no PIB e nas exportações.

Falou-se bastante na tecnologia tropical desenvolvida no País como ênfase para a sua sustentabilidade.

E, por fim, discutiu-se longamente e relevância da agroenergia como alternativa energética renovável e limpa, mitigadora da emissão de gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global.

Os debates que se seguiram foram de altíssimo nível, mas duas questões ficaram subjacentes a toda a discussão e, de uma forma ou de outra, apareceram nas perguntas formuladas; a primeira tinha a ver com tecnologia.

Conhecido o impressionante aumento da produtividade agrícola experimentado pelo Brasil nos últimos anos, seria possível manter este ritmo de forma a aumentar ainda mais a produção sem precisar desmatar novas áreas?

E a segunda: seria possível o Brasil transferir as tecnologias aqui desenvolvidas para outros países tropicais?

Ambas as questões têm a ver com sustentabilidade, e o expositor Silvio Crestana, ex-presidente da Embrapa, respondeu a elas, com clareza meridiana.

É claro que os saltos de produtividade não serão mais da mesma envergadura que tivemos no passado no caso da soja e do algodão, por exemplo. Mas há importantes produtos da pauta brasileira que podem melhorar muito, como o caso do milho e do trigo. E também a pecuária, que cederá terreno à agricultura.

E é claro que o Brasil pode ser um disseminador dessas tecnologias para outros países tropicais da América Latina, da África e da Ásia, especialmente agora, a partir de janeiro de 2012, quando o brasileiro José Graziano da Silva assume a Diretoria-Geral da FAO: esta poderosa organização pode ser a ponta de lança desse projeto.

No entanto, Crestana assinalou uma grande agenda para a nossa Economia Verde, aliás compatível com as recentes decisões da COP-17, realizada em Durban, na África do Sul. Mostrou que os fatores determinantes para a maior demanda de alimentos são: população e renda crescentes, urbanização, mudança da pirâmide etária e educação/informação. E as tendências da alimentação são: saudabilidade e bem-estar, sensorialidade e prazer, conveniência e praticidade, qualidade, sustentabilidade e ética.

Considerando estes fatores todos, impõe-se uma ampla agenda na área da ciência e da tecnologia para o setor:

- Desenvolver e avaliar sistemas sustentáveis para recuperação de áreas degradadas, principalmente por pecuária;
- Desenvolver e explorar tecnologias de 2ª geração;
- Posicionar-se sobre pegada hídrica: água azul, verde e cinza e estabelecer rede de P, D&I recursos hídricos e agricultura;
- Medir ciclo de vida de produto (água, energia, gases efeito estufa, taxa de perda ou ganho de biodiversidade...);
- Estabelecer indicadores de qualidade, medi-los e monitorá-los;
- Medir vulnerabilidade e resiliência de sistemas;
- Simular e modelar sistemas visando estabelecer cenários e previsões.

Está na hora de criarmos um fórum para discutir estes temas todos. A participação do setor privado na formulação de novas rotas tecnológicas é essencial.

Temos órgãos de pesquisa e extensão extraordinários. Mas muitas vezes seus esforços são dispersos. Organizar a área de P, D&I no Brasil é hoje um tema imperioso. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Um momento mágico



Cesário Ramalho da Silva*

ESTE É um excelente momento para o agronegócio mundial. A demanda por alimentos e energia limpa e barata é crescente. Hoje, já somamos sete bilhões de habitantes no planeta Terra, e a previsão é que supere os nove bilhões em 2050. Há, ainda, o aumento de renda em diversos países em desenvolvimento. Na Índia, atualmente, apenas 60 milhões de pessoas são consideradas parte da classe média. Em 2025, a perspectiva é de que esse número chegue a 583 milhões (Goldman Sachs).

O fato é que precisamos urgentemente incrementar a produção agropecuária no mundo. A maioria dos países tem dificuldades para aumentar sua escala em área e em produtividade. O Brasil é um dos que têm esta possibilidade, mas temos muita coisa a ser feita.

No fim do ano passado, participei de alguns encontros que delinearam o nosso futuro para essa perspectiva. Um deles, a Conferência Américas+10, do Conselho Empresarial da América Latina (Ceal), reuniu importantes personalidades dos mundos corporativo e público, dentre os quais os ministros de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, além de Marcelo Odebrecht (Grupo Odebrecht), e Josué Christiano Gomes da Silva (Coteminas). Lá ficou claro um cenário muito positivo para o País nos próximos dez anos, principalmente pela perspectiva de sermos um grande receptor de investimentos internacionais. Precisamos de uma revolução na nossa infraestrutura, especialmente em transportes. E também na educação.

Com isso em mente, estive, juntamente com o pragmático governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e representantes da Abag, Abiove, Abraf, Bracelpa, Biosul e Unica, com os ministros Mendes Ribeiro, da Agricultura; Fernando Pimentel; e Gleisi Hoffmann, da Casa Civil. O intuito foi explicar aos governantes as consequências do parecer da AGU, que limita a compra de terras por empresas estrangeiras, para a economia nacional. Bilhões de reais em investimentos serão perdidos. Somente no setor sucroenergético, é possível que deixemos de receber R$ 37,5 bilhões até 2020. Quando falamos de florestas plantadas, o volume de capital desperdiçado é ainda maior: superior a R$ 37 bilhões. R$ 27 bilhões unicamente em projetos iniciados antes da publicação da AGU, em agosto deste ano, suspensos por conta disso. No setor de celulose e papel, as empresas brasileiras constituídas com capital estrangeiro responderam por um total de R$ 12 bilhões investidos nos últimos dez anos. Muito mais poderia vir por aí, mas como nos tornarmos o receptor de capital que é previsto perdendo tantas possibilidades desse jeito?

O encontro trouxe resultados. Após nos receberem, os ministros foram chamados para uma reunião com a presidente Dilma Rousseff para tratar do assunto.

E no seu discurso durante o seminário Os desafios do Brasil como 5ª potência mundial e o papel do agronegócio, evento que marcou a comemoração dos 60 anos da CNA, a presidente Dilma enfatizou a potência agrícola na qual o País se transformou e a contribuição do setor para seu crescimento econômico. Admitiu, também, que é grande a falta de infraestrutura e os problemas que podem ser gerados em função disso num futuro próximo. Afirmou que aumentará o esforço para superar os gargalos da infraestrutura, por meio de parcerias entre o setor privado e o público, as PPPs. Esta é uma excelente notícia. Melhor ainda será se as PPPs não forem onerosas, e que a licitação se faça pela menor tarifa para o usuário.

Muito ainda precisa ser feito para que o Brasil conquiste o seu lugar no agronegócio mundial. Temos fortes competidores e existem no mundo muitas áreas para expansão da agricultura. Perceber que o setor firmou a importância da sua posição, entre os formadores de opinião e também no governo e na Presidência da República, torna este um momento mágico. Não podemos perdê-lo! ■

* Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Ação no campo



Mônika Bergamaschi*

A PRODUÇÃO agropecuária do Estado de São Paulo é grande e diversificada. Os desafios e as exigências do mercado consumidor seguem a mesma proporção. A busca pela melhoria da competitividade e da qualidade dos produtos deve ser constante.

Nesse cenário, despontam os agricultores de maior porte, bem organizados, que possuem estruturas profissionalizadas e especializadas. Mas esse grande celeiro paulista abriga ainda assentados, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, que também se dedicam à produção de alimentos, fibras e energia. Esses produtos, destinados ao abastecimento do mercado interno, ou exportados, trazem para o campo a geração de empregos e de renda, que garantem a dignidade e a qualidade de vida de milhões de pessoas.

O produtor rural, independentemente de seu porte, precisa estar integrado ao conceito de cadeias produtivas. Produzir e conseguir espaço para competir no acirrado mercado não são tarefas das mais simples. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento oferece suporte para o agricultor por meio de sua Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

Desde a sua fundação, há 44 anos, a Cati é o elo entre o governo e o produtor rural. Está representada nas Casas da Agricultura, nos 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural e nos 21 núcleos de produção de sementes e mudas. É a porta de entrada, o canal direto com o setor produtivo. Uma equipe que ganhou reforço em outubro, com a nomeação de 150 novos assistentes agropecuários.

Projetos de desenvolvimento tecnológico e ensaios de campo, realizados pelo Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da SAA, garantem a qualidade dos produtos comercializados e trazem tranquilidade aos produtores. Oferecer insumos de qualidade, com preços acessíveis, é parte importante do trabalho da assistência técnica.

Cabe ainda aos assistentes agropecuários da Cati difundir tecnologias para ampliar a produtividade, com responsabilidade social e ambiental; informar sobre os instrumentos de políticas públicas existentes, como linhas de crédito, seguro rural; e alertar sobre obrigações legais, fiscais e tributárias.

A Cati desenvolve ações que cobrem 90% do território de São Paulo, em parceria com a comunidade, instituições relacionadas e outros agentes do agronegócio.

A implantação do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária, o Lupa, é um exemplo disso. Trata-se de um censo agropecuário que fornece informações detalhadas sobre mais de 320 mil propriedades rurais paulistas. Importante ferramenta para melhorar o atendimento e planejar ações eficazes para fortalecer o setor.

Na área da pecuária leiteira, a Cati Leite promove o desenvolvimento sustentável do setor ao atuar em parceria com as pequenas e médias propriedades do Estado. Os produtores são capacitados com boas práticas de gestão e produção, aprendem a melhorar a alimentação, o manejo sanitário e reprodutivo do rebanho, aprimorar a ordenha e a qualidade do leite.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial, é outro capítulo importante da história da Cati. A primeira fase do projeto, que começou no ano 2000, atuou com o planejamento da unidade geográfica de microbacias hidrográficas do Estado. O objetivo foi o de introduzir boas práticas de produção agropecuária, com especial atenção aos aspectos relacionados à sustentabilidade, além de incentivar a melhor organização do setor privado, em associações e cooperativas, com consequente melhoria da qualidade de vida das famílias e das comunidades rurais. O projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado vem complementar esse trabalho. O foco será na adição de valor, no processamento, na embalagem e na comercialização. Para isso, investirá em projetos apresentados por associações e cooperativas.

Caminhar lado a lado com o produtor e promover o desenvolvimento do agronegócio é a nossa vocação e o nosso desafio. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em dezembro de 2011 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	420.00	340.000	395.00
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	540.000	585.000	540.000
New Holland	CR 9060	667.800	689.000	760.000	690.000
New Holland	CS 660	445.200	482.300	535.000	460.000
New Holland	TC 5090	360.000	397.500	443.000	400.000
New Holland	TC 5070	318.000	339.200	392.000	320.000
Valtra	BC 6500	470.000	580.000	490.546	650.000
Valtra	BC 7500	600.000	680.000	582.764	695.000
Valtra	BC 4500	295.000	365.000	321.480	380.000
Jonh Deere	1175 HY	350.000	341.200	355.000	355.000
Jonh Deere	9470	520.000	546.000	553.000	509.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em dezembro de 2011 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	116.000	127.000	118.000	112.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	150.000	170.000	148.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	195.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	190.000	196.500	170.000
New Holland	TM 7040	180.000	195.000	211.000	220.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	245.000	280.000
Valtra	BM 125-4	124.000	125.000	123.000	154.000
Valtra	BM 185-4	176.000	195.000	192.000	200.000
Valtra	BM 205-4	193.000	216.000	208.000	220.000
Jonh Deere	7205	250.000	273.000	262.945	265.000
Jonh Deere	8430	375.000	365.000	452.000	480.000

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de pulverizadores em dezembro de 2011, referência São Paulo (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	VOLUME / LARGURA DA BARRA	PREÇO
Condorito	Jacto	400 litros / 9,5m	6.265
Condor M12	Jacto	600 litros / 12m	9.200
Advanced AM18	Jacto	2000 litros / 18m	56.000
Advanced AM21	Jacto	3000 litros / 21m	63.000

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão

Com o plantio da soja e do milho 2011/2012 praticamente finalizado nas principais regiões produtoras do País, o produtor agora acompanha o desenvolvimento das lavouras e realiza os tratos culturais necessários. Considere um produtor que queira, em dezembro de 2011, comprar um pulverizador da Jacto, modelo Advanced AM18, com capacidade para dois mil litros e largura da barra de 18 metros, cujo preço é R$ 56.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 11.200,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos, e a amortização é anual, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R$ 64.708,59 pelo implemento agrícola. O valor médio da prestação é de R$ 10.701,72 por ano.

Data de Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação	Parcela
15/01/12	44.800,00	8.960,00	380,34	9.340,34	1
15/07/12	35.840,00	-	1.659,12	1.659,12	-
15/01/13	35.840,00	8.960,00	1.677,77	10.637,77	2
15/07/13	26.880,00	-	1.237,35	1.237,35	-
15/01/14	26.880,00	8.960,00	1.258,33	10.218,33	3
15/07/14	17.920,00	-	824,90	824,90	-
15/01/15	17.920,00	8.960,00	838,89	9.798,89	4
15/07/15	8.960,00	-	412,45	412,45	-
15/01/16	8.960,00	8.960,00	419,44	9.379,44	5
Total		44.800,00	8.708,59	53.508,59	
Total pago: R$ 11.200,00 (entrada) + R$ 53.508,59 (financiamento) = R$ 64.708,59					

Produção agrícola brasileira

Terceiro levantamento da safra de grãos 2011/2012 – Dezembro/2011: estimativa de produção em mil toneladas

PRODUTO	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10 PREVISÃO[1] (A)	2010/11 ESTIMATIVA[2] (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.383,6	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	75,2
AMENDOIM TOTAL	225,7	303,1	300,6	226,0	226,5	0,2
AMENDOIM 1ª SAFRA	182,0	256,2	246,1	191,9	199,2	3,8
AMENDOIM 2ª SAFRA	43,7	46,9	54,5	34,1	27,3	-19,9
ARROZ	11.315,9	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	16,7
AVEIA	378,0	230,2	232,2	244,1	379,0	55,3
CANOLA			0,0	42,2	69,7	65,2
CENTEIO	5,9	4,9	6,1	4,8	3,2	-33,3
CEVADA	205,8	264,7	237,0	201,4	283,9	41,0
FEIJÃO TOTAL	3.339,8	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.787,1	14,0
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.568,0	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	14,8
FEIJÃO 2ª SAFRA	996,6	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.398,1	36,7
FEIJÃO 3ª SAFRA	775,2	832,3	774,5	836,6	708,7	-15,3
GIRASSOL	106,1	147,1	109,4	80,6	76,7	-4,8
MAMONA	93,7	123,3	92,5	100,6	141,1	40,3
MILHO TOTAL	51.369,7	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.514,2	2,7
MILHO 1ª SAFRA	36.596,7	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	5,4
MILHO 2ª SAFRA	14.773,0	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.588,3	-1,6
SOJA	58.391,8	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	9,7
SORGO	1.497,1	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	42,5
TRIGO	2.233,7	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	17,0
TRITICALE	203,8	211,9	184,7	172,1	114,9	-33,2
BRASIL	131.750,6	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.957,9	9,2

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

Produção agrícola brasileira

mil toneladas

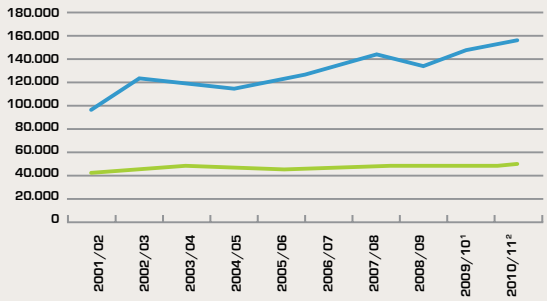
Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma							
2006/07	355,9	1.524,0	96,8	1.976,7	990,0	419,4	567,3
2007/08	567,3	1.602,2	33,7	2.203,2	995,3	532,9	675,0
2008/09	675,0	1.213,7	14,5	1.903,2	1.004,1	504,9	394,2
2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
2010/11	76,0	1.959,8	145,0	2.180,8	955,0	730,0	495,8
2011/12	495,8	1.934,1	35,0	2.464,9	1.000,0	830,0	634,9
Milho							
2006/07	2.815,9	51.369,9	1.095,5	55.281,3	41.885,0	10.933,5	2.462,8
2007/08	2.462,8	58.652,3	808,0	61.923,1	44.208,2	6.400,0	11.314,9
2008/09	11.314,9	51.003,8	1.132,9	63.451,6	45.363,5	7.765,4	10.322,7
2009/10	10.322,7	56.018,1	459,4	66.800,2	46.927,4	10.792,6	9.080,2
2010/11	9.080,2	57.514,1	600,0	67.194,3	48.411,5	9.200,0	9.582,8
2011/12	9.582,8	60.319,0	400,0	70.301,8	49.863,9	9.500,0	10.937,9
Soja em grão							
2006/07	2.469,7	58.391,8	97,9	60.959,4	33.550,0	23.733,8	3.675,6
2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4.540,1
2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
2009/10	675,0	68.688,2	200,0	69.563,2	37.800,0	29.073,2	2.690,0
2010/11	2.690,0	75.324,3	100,0	78.114,3	40.450,0	33.600,0	4.064,3
2011/12	4.064,3	71.286,7	100,0	75.451,0	40.650,0	32.800,0	2.001,0
Trigo							
2006/07	2.071,8	2.233,7	7.164,1	11.469,6	10.112,0	19,7	1.337,9
2007/08	1.337,9	4.097,1	5.926,4	11.361,4	9.719,0	746,7	895,7
2008/09	895,7	5.884,0	5.676,4	12.456,1	9.398,0	351,4	2.706,7
2009/10	2.706,7	5.026,2	5.922,2	13.655,1	9.614,2	1.170,4	2.870,5
2010/11	2.870,5	5.881,6	5.771,9	14.524,0	10.242,0	2.515,9	1.766,1
2011/12	1.766,1	5.413,7	5.800,0	12.979,8	10.432,0	1.200,0	1.347,8

Fonte: Conab

Produção agrícola brasileira

Produção (mil t)
Área (mil ha)

Grãos



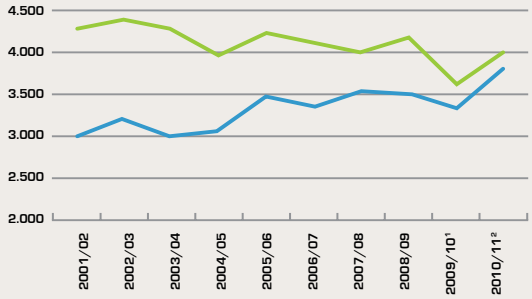
Algodão



Arroz



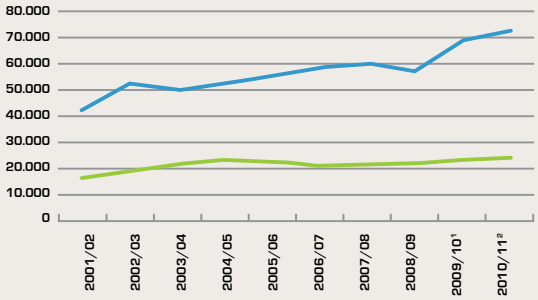
Feijão



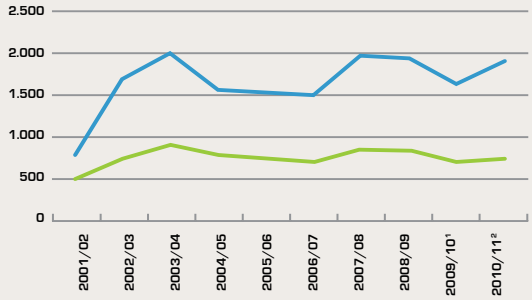
Milho



Soja



Sorgo



Trigo



1 Previsão; 2 Estimativa. Fonte: Conab